CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da 982ª

Sessão de 30/05/2017

USP

982ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Reitoria, na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Adalberto Américo Fischmann, Alexandre Nolasco de Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Ana Campa, Ana Lúcia Duarte Lanna, Ana Maria Loffredo, André Vitor Singer, Antenor Cerello Júnior, Antonio Carlos dos Santos, Antonio Carlos Hernandes, Colombo Celso Gaeta Tassinari, Marcos de Mattos Pimenta, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno, Belmiro Mendes de Castro Filho, Brasilina Passarelli, Bruno Sperb Rocha, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Cibele Saliba Rizek, Cleber Renato Mendonça, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Cristiano Buoniconti Camargo, Daniel Torres Guinezi, Dante Pinheiro Martinelli, Diego Antonio Falceta Gonçalves, Diego Pereira Pandullo, Eduardo Henrique Soares Monteiro, Tirso de Salles Meirelles, Fábio Frezatti, Fernando Dias Menezes de Almeida, Fernando Martini Catalano, Fernando Silveira Navarra, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Gabriela Soares Schmidt, Éder Tadeu Gomes Cavalheiro, Gilberto Fernando Xavier, Amilton Martins dos Santos, Jackson Cioni Bittencourt, Jairo Kenupp Bastos, Janina Onuki, João Cyro André, John Campbell McNamara, José Antonio Visintin, José Carlos Bressiani, José Eduardo Krieger, Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho, José Renato de Campos Araújo, José Roberto Castilho Piqueira, José Roberto Pereira Lauris, José Rogério Cruz e Tucci, Júlio Cerca Serrão, Laerte Sodré Júnior, Léa Assed Bezerra da Silva, Luana dos Santos Alves Silva, Lucas Caprio dos Santos, Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Luiz Gustavo Nussio, Luiz Henrique Catalani, Marcelo de Andrade Romero, Carlos Roberto Bueno Júnior, Marcos Egydio da Silva, Marcos Nascimento Magalhães, Marcos Nogueira Martins, Rui Alberto Ferriani, Maria Amélia de Campos Oliveira, Maria Angela Faggin Pereira Leite, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Cristina Ferreira de Oliveira, Maria Cristina Motta de Toledo, Maria das Graças Bomfim de Carvalho, Maria Madalena Januário Leite, Marcelo Urbano Ferreira, Maria Vitoria Lopes Badra Bentley, Marilene Proença Rebello de Souza, Marilza Vieira Cunha Rudge, Marisa Helena Gennari de Medeiros, Oswaldo Baffa Filho, Oswaldo Yoshimi

Tanaka, Paulo Inácio de Knegt López de Prado, Paulo José do Amaral Sobral, Paulo Nelson Filho, Paulo Sergio Varoto, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Pietro Ciancaglini, Primavera Borelli Garcia, Daniel Cantinelli Sevillano, Evaldo Antonio Lencioni Titto, Renato de Figueiredo Jardim, Roberto Gomes de Souza Berlinck, Rodney Garcia Rocha, Flávia Calé da Silva, Rubens Beçak, Silvana Martins Mishima, Silvio Moure Cícero, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, Richard Charles Garratt, Umberto Celli Junior, Vahan Agopyan, Valmor Alberto Augusto Tricoli, Victor Wünsch Filho, Vinicius Curti Cícero e Giorgio de Micheli. Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Antonio Carlos Marques, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Fábio de Salles Meirelles, Germano Tremiliosi Filho, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, José Otávio Costa Auler Júnior, Marcelo Papoti, Margaret de Castro, Maria Tereza Nunes, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Pubenza Lopez Castellanos, Raul Franzolin Neto, Rodrigo Campos Cardoso, Tito José Bonagamba e Waldyr Antônio Jorge. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Adriana Maria Procopio de Araujo, Alexandre Venturini Lima, Ana Rosa Thisoteine Caldeira Menezes Freitas, Bárbara Helena Almeida Carmo, Elisabete Maria de Gouveia Dal Pino, Fernando José Benesi, Fernando Joshua Santa Brígida Assunção, Frederico Pereira Brandini, Gabriele Souza Valadão, José Sérgio Fonseca de Carvalho, Ligia Fernandes de Oliveira, Manuela Silva Silveira, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Marly Babinski, Miguel Antônio Buzzar, Miguel Parente Dias e Vivian Cristina Davies Sobral Nascimento. Havendo número legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a Sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. A seguir, o **M. Reitor** passa ao **EXPEDIENTE**, colocando em discussão a Ata da 981ª Sessão do Co, realizada em 11.04.2017. Colocada em votação, a mesma é aprovada, contando com uma indicação formal do Conselheiro Marcos Nascimento Magalhães. A seguir, o **M. Reitor** passa às suas comunicações. **M. Reitor:** "Conforme foi avisado anteriormente a todos os membros do Conselho Universitário, o Expediente, nessa sessão, será substituído por uma apresentação temática voltada para a questão da política de inclusão na Universidade de São Paulo, seus reflexos e aspectos relacionados ao exame

vestibular. Para isso convidei, em primeiro lugar, o Professor Antonio Carlos Hernandes, que fará uma exposição resumindo a situação atual da Universidade com relação a este tema. Depois disso, convidei – e desde já agradeço terem concordado e estarem aqui presentes – o Professor Simon Schwartzman: sociólogo, membro da Academia Brasileira de Ciências, pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade no Rio de Janeiro, figura que regularmente trata dessa temática; bem como o Professor Augusto Henrique Werneck Martins: Procurador do Estado do Rio de Janeiro e Professor de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que foi Secretário, tanto Municipal quanto Estadual do Governo do Rio de Janeiro. Desta forma, agradeço enormemente a disposição de ambos de falar desse tema e, desde já, dou a palavra ao nosso Pró-reitor de Graduação, Antonio Carlos Hernandes." **Cons. Antonio Carlos Hernandes (apresentação):** "Passarei pela questão da inclusão social na USP e será possível observar uma série de dados. De início, para que não se tenha nenhuma surpresa, trago uma tabela comparativa entre os dois anos que ingressamos no SISU, no caso 2016 e 2017. Nessa é possível observar o total de vagas que temos disponíveis, o total de alunos matriculados e qual a eficiência desse processo, no caso cerca de 99%, que é o total daqueles que se matriculam na Universidade de São Paulo - semelhante aos demais anos. É possível ver ainda os alunos matriculados por modalidade. Quanto à modalidade de Ampla Concorrência, típico da FUVEST, mas que também existe no SISU, podemos distinguir entre aqueles autodeclarados em PPI – pretos, pardos e indígenas – e os ingressantes oriundos de escola pública, bem como os PPIs oriundos de escola pública. Quanto ao total de ingressantes de escola pública, tínhamos em 2016 um total de 3.763 alunos oriundos de escola pública e no ano de 2017 um total de 4.036. O que nos dá um percentual de ingressantes de escola pública, no ano de 2016, de 34,6%; e no ano de 2017, de 36,9%. É importante chamar atenção, pois quando se olha para os PPIs de escola pública tínhamos 29% dos alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e passamos a 32%. Apenas para relembrar, a proposta do governo do Estado era para que tivéssemos 50% dos alunos oriundos de escola pública e que desses 50%, 35% fossem autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, sendo que nós estamos com 32%. É possível ainda checar o número total de

alunos autodeclarados PPI em relação ao total de ingressantes de toda a USP: em 2016 era um total de 17,1% e nesse ano estamos com 19,3%, que é o valor mais alto até o momento em relação ao total. Podemos verificar ainda o programa de inclusão social da USP, que se iniciou em 2016, o que pode ser visto em nossa *timeline* preparada pela Superintendência de Comunicação Social. O modelo de inclusão social da USP foca no aluno de escola pública. Sendo que essa é a essência do programa. Os alunos hoje do terceiro ano do ensino médio que estão matriculados estão distribuídos, segundo o relatório da SARESP, da seguinte forma: 48,4 % brancos; 35,3% – é separado exatamente dessa forma – pardos ou mulatos; 10,4% negros; 0,9% indígenas; 2,4% amarelo ou oriental e um total de 2,6% que não responderam o questionário que é entregue a todos alunos. É possível ainda verificarmos a evolução de nosso processo de inclusão social, o que tentarei demonstrar em detalhes. É importante ter claro que desde 2006 a Universidade de São Paulo focou em alunos de escola pública – o que chamo de instituição escola pública. O que seria este programa de inclusão social? Este é um labirinto, do ponto de vista do aluno do ensino médio, que deve ler toda uma documentação que foi traduzida nesse fluxograma. Desta forma, ele deve passear por todos esses circuitos para verificar qual a bonificação que terá. O aluno que passe por toda a linha de cima, se ao final fez ensino médio e fundamental em escola pública, terá ao final uma bonificação de 15% e assim segue para todo o processo, de modo que, aqueles autodeclarados PPIs terão uma bonificação adicional de 5%. Os resultados que mostrarei nesse momento são baseados nesse circuito. Podemos acompanhar a evolução dos ingressantes na Universidade de São Paulo oriundos de escola pública. No ano de 2006 temos 24,7% e no ano de 2017 temos 36,9%. A tabela ainda demonstra o bônus máximo que pode ser atribuído a cada aluno dentro daquele circuito mostrado há pouco. Iniciamos isso com 3% em 2007 e ele vem de modo crescente. Fomos observando os ingressos e tentando corrigir a cada ano, sempre aumentando o bônus. Isso foi feito levando em consideração o rendimento do aluno todas as vezes, o quanto o aluno acertava. Isso baseado em uma regra de três, que se o aluno acertasse x poderia render um total de bônus. Para receber o bônus máximo ele deveria acertar o máximo. Dessa forma, quando olhávamos para o bônus na média, quando deveria ser 20%, era, na prática, 8%, pois não tinha esse

processo. Em 2014 fizemos uma mudança que permitiu que todos os alunos tivessem o bônus máximo se fossem oriundos de escola pública. O efeito desse processo todo pode ser observado nas porcentagens de ingressantes. Claro que, para se fazer isso, estudamos diversas etapas do processo. Uma variável muito importante é a de candidatos/vaga. Isso é algo que percebemos logo do começo. Apresento os resultados apenas da FUVEST até 2015 – o SISU acontece de modo diferente – e podemos perceber a partir de 2010 como isso se dá com a relação de candidato/vaga. A curva em azul é para cursos que tenham relação candidato/vaga abaixo de 5. A curva em verde é para cursos que tenham relação candidato/vaga acima de 10 e o item vermelho entre 5 e 10. Como é possível verificar, tanto a curva em verde quanto em azul está estável, permanecendo no mesmo patamar. Para os cursos de alta concorrência ficou em torno de 25% e para os que são baixa concorrência em torno de 45%. A curva vermelha e preta que estão caminhando junto demonstram a alteração que vem sendo feita no bônus. Ao alterar-se o bônus muda-se a faixa dos cursos entre 5 e 10. Diante deste resultado observado em 2015, a decisão foi de, ao invés de aumentar o valor do bônus – por exemplo, passar de 25% para 30% – entrarmos no SISU. Tive a oportunidade de falar aqui anteriormente, mas hoje temos um cenário mais claro. No primeiro momento de entrada no SISU tivemos 1.489 vagas de 11.057 no total. Dessas 1.489 vagas não conseguimos matricular 675 alunos – lembrem que disse anteriormente que a forma como a Pró-reitoria de Graduação fez o processo de matrícula continha 4 chamadas somente, pois entendemos que, naquele momento, para 1.489 vagas era suficiente, mas isso se mostrou insuficiente. O que aconteceu é que aquelas vagas todas foram transferidas para a FUVEST. Os resultados então de matriculados são insignificantes perto do total. Em 2017 acontece o contrário. Aumentamos o total de vagas disponíveis 2.338 e o maior número de matriculados se deve ao fato de termos aumentado o número de chamadas do SISU. Temos 1.070 alunos matriculados oriundos de escola pública, 543 oriundos de escola pública e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, 555 de ampla concorrência e somente 170 vagas transferidas. O motivo dessas vagas terem sido transferidas é de termos cursos nos quais não tínhamos alunos interessados, zerando a lista, e também que sempre sobra algumas vagas no final da chamada, pois o aluno tem uma mobilidade muito

grande, conforme sai o resultado do vestibular ele pode ir para um ou para outro. Temos 144 cursos de entrada, se for apenas uma vaga em cada um já teremos mais ou menos esse valor. Tivemos, no primeiro lote, três cursos que não tinham alunos interessados no SISU, esses três cursos levaram para a FUVEST cerca de 40 vagas cada. Essas vagas foram todas preenchidas a partir da quinta chamada da FUVEST. O gráfico a seguir permite ver a evolução do que aconteceu após a entrada no SISU. O gráfico tem dados do SISU mais os da FUVEST, sendo a linha vermelha do ano de 2016 e a azul para 2017. Temos 18 Unidades do *Campus* de São Paulo que ampliaram a inclusão. A EACH e a Escola de Enfermagem mantiveram o quadro estável, sem alteração nenhuma. A Faculdade de Educação, a Medicina, a Politécnica, a Física e a Odontologia tiveram um decréscimo com relação ao número de ingressantes de escola pública – no caso da Medicina temos uma queda de 8%. No *Campus* de Ribeirão Preto, tanto a Ciências Farmacêuticas, a Faculdade de Economia e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras tiveram crescimento no número de matriculados oriundos de escola pública. Direito e Medicina permaneceram praticamente no mesmo cenário. Escola de Educação Física, Escola de Enfermagem e Odontologia tiveram uma redução – no caso da Odontologia de Ribeirão Preto era 18% e caiu para 16%. A Escola de Enfermagem era 52% e caiu para 34%. Se olharmos os dados da FUVEST no interior, temos algumas variações por carreira, então uma mudança tão grande quanto essa é um fenômeno particular. Em São Carlos, a Química e o Instituto de Arquitetura e Urbanismo cresceram. O Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação permaneceu estável. A Engenharia e a Física de São Carlos tiveram decréscimo. Há, ainda, uma outra demanda que nos permite olhar para o processo como um todo. O que ocorre é o seguinte, quando iniciamos a discussão sobre o SISU havia a questão de que as provas, por serem diferentes, selecionariam alunos que não teriam um desempenho adequado e nesse cenário se poderia ter uma alta evasão. A evasão acabou não acontecendo e selecionei algumas Unidades nas quais fizemos a média de todos os alunos, considerando ainda as reprovações. Na parte de baixo, na apresentação, temos o quadro em predomínio. Vale considerar que o número de alunos no SISU será sempre inferior – no caso da Enfermagem, falamos de 4 alunos e uma média de 5,39, ao passo que os 70 ingressantes da FUVEST é

de 6,45. Desta forma, não temos uma diferença importante com relação ao ingresso. Não há uma diferença significativa nesse caso e isso é importante, pois o conjunto de alunos que presta o vestibular nesse país é praticamente constante. Os alunos migram dependendo do curso. Para um curso como o de Medicina, as pessoas realizam o vestibular quase que no Brasil como um todo. Com isso podemos ver que não houve efeito. Podemos ainda ver o quadro com as médias ponderadas. Por exemplo, na Engenharia de Materiais, temos 5 e 5 e pouco, ou ainda 6,19 e 4,60 – esse é um caso com um pouco mais de diferença, mas as médias são próximas. Não há diferença específica que fosse gritante. Isso nos mostra que o processo de ingresso que se faz tem como base o mesmo conjunto de alunos, que se comportam de modo semelhante no primeiro ou no segundo semestre. Para encerrar esses 10 minutos, faço uma síntese. Temos 11 anos de INCLUSP, desses, na primeira fase que vai de 2007 a 2014, sendo 8 anos, temos como média de ingressantes oriundos de escola pública um total de 28% e 14,2% autodeclarados PPIs. Na segunda fase, percebemos a necessidade de mudança e, em 3 anos, de 2015 a 2017 temos o INCLUSP e o SISU, com alteração do Bônus de entrada para todos os alunos ficando sempre o bônus cheio – se atender todos os requisitos, bem como o SISU, que é um método de entrada distinto. Nesse cenário temos: 36% de alunos ingressantes de escolas públicas e 19,3% – maior valor até o momento – de alunos autodeclarados PPIs; sendo que desses 32% são originados de escolas públicas. O destaque positivo disso é que as vagas disponibilizadas pelo SISU serem definidas pelas Unidades se mostrou um método razoável. Mais do que se tivéssemos definido pelo vestibular em si, que é o da FUVEST, passou-se isso para as Unidades, de modo que até 30% de suas vagas pudessem ser administradas do modo que a Unidade achasse interessante. As Unidades ficaram muito sensíveis a isso, algumas mais e outras menos, mas levou a uma ampla discussão da Graduação nas Unidades. Isso tem sido discutido nas Congregações de diferentes maneiras e nesse caso temos reflexos importantes, alguns mais importantes que a definição das vagas em si. O ponto negativo foi colocado desde o começo, pois nem todas as Unidades ou cursos aderiram. Não foi um processo uniforme. Algumas aderiram desde o começo com 30%, outras com 10%, outras com ampla concorrência, de acordo com as decisões das Unidades. Avançamos um

bocado, mas ainda não atingimos os 50% referidos pelo Governo no documento que determina se ter 50% de alunos oriundos de escola pública em 2018. A pergunta, portanto, é essa. Não a responderei, pois esse não é o motivo de minha apresentação, mas devemos pensar o que fazer para atingirmos os 50% em 2018. Esse é o último vestibular que esta equipe estará à frente da Pró-Reitoria de Graduação e como disse, avançamos um bocado, mas necessitamos avançar mais." **M. Reitor:** "Muito obrigado Professor Hernandes, creio que resumiu muito bem o ponto factual que ocorreu nesse período. Isso é, houve um aumento significativo da inclusão social na Universidade de São Paulo. A inclusão étnica ou racial também ocorreu, mas foi menor e a pergunta que fazemos hoje é essa. O que fazer para cumprir as metas a que nos propusemos. Para isso teremos até a próxima reunião do Conselho Universitário para discutirmos e examinarmos propostas nas Unidades e finalmente trazermos para a reunião do Conselho Universitário de 27 de junho, para que possamos tomar a decisão sobre o próximo vestibular. Para auxiliar no pensamento sobre essa questão, convidamos os dois ilustríssimos convidados que aqui estão. De modo que, peço ao Professor Simon Schwartzman para tomar a palavra." **Prof. Dr. Simon Schwartzman: (apresentação)** "Evidentemente não falarei especificamente sobre o sistema da USP, mas sobre a questão da ação afirmativa no ensino superior. Existem muitas razões importantes para que existam políticas de ação afirmativa. A primeira é que temos uma questão conhecida na educação, que é a alta correlação entre o mérito acadêmico e as condições socioeconômicas da família. No sistema educacional é tal que em todo o mundo praticamente as pessoas de condições socioeconômicas melhores se dão melhor nas provas para acesso às instituições melhores e ganham mais com isso. De modo que as pessoas que tem condições socioeconômicas piores tendem a ser prejudicadas nesses processos seletivos. Como o sistema de educação superior está se expandindo – hoje em dia ele não é universal, mas atinge um número importante de pessoas – é relevante que o sistema se abra e na medida em que seja ampliado, inclua pessoas de conjuntos sociais diferentes. Essa é uma preocupação que deve existir. O critério de vestibular é um critério imperfeito de previsão de sucesso do aluno. Temos uma constituição estatística anterior, no caso uma prova, na qual contamos pontos em uma

escala e se um aluno obtiver nota mais alta – 92 – ele é necessariamente melhor que aquele que teve nota menor – 90, por exemplo. Na verdade o mundo real não está organizado em centésimos, mas em grandes faixas, temos gente que vai muito bem, pessoas que vão mais ou menos, pessoas que vão pior. Nesse sentido, a escala que se produz em uma prova seletiva não reproduz perfeitamente a diferença de mérito. Tanto que temos pessoas que vão muito bem no vestibular e depois não completam bem o curso, pessoas que não entram tão bem, mas saem melhor depois. O critério é imperfeito e favorece mais aqueles que têm condições de se treinarem para um exame de seleção, o que não significa que serão pessoas mais qualificadas ou com maior condição de fazer o curso. Creio que essa é uma questão importante. Temos ainda que ampliar a diversidade das instituições, não é apenas que as pessoas tenham mérito ou desempenho diferente que se deve negar que essas pessoas tenham acesso a continuar a se formar e se qualificar. As Universidades se beneficiam quando recebem alunos diferentes e temos uma convivência mais diversificada e mais ampla. Assim sendo, temos muitas razões importantes para que as instituições se empenhem em políticas afirmativas que são aquelas que buscam de maneira intencional dar mais chance de participação para pessoas que normalmente não passariam no exame vestibular convencional. Creio que quanto a isso não haja muita divergência, por outro lado devemos pensar que de um lado temos uma política de ação afirmativa ou política pública, mas por outro lado devemos pensar o que vai fazer a Universidade X ou o Departamento X. Um dos dados que aparece frequentemente nos estudos sobre ação afirmativa - e isso foi ilustrado pelos dados da USP - é que os alunos que entram por um sistema de ação afirmativa ou de cotas não têm um desempenho muito diferente, em geral, do aluno que entra por outro sistema. Mas se ele não tem diferença, por que um sistema de cotas? Se, na verdade eles são iguais, não seria necessário, a não ser que o vestibular tenha uma discriminação específica contra alunos negros e alunos de escola pública, apesar da competência que eles tem. Se o vestibular não está discriminando especificamente e se os alunos são iguais, então eles deveriam passar pelo processo seletivo. Ocorre que temos muitos alunos que não passariam pelo processo seletivo que precisam ser contemplados. Podemos colocar a questão se essa deve ser uma política pública de Estado.

O Estado de São Paulo ou o governo brasileiro deve ter uma preocupação de como ele dá acesso a continuidade do ensino a números crescente da população em diferentes segmentos. E qual deve ser a política da USP ou da Faculdade de Medicina da USP. Ela deve fazer exatamente na mesma proporção que o Estado de São Paulo ou não. Deste modo, chegamos a uma questão importante. As instituições no sistema de ensino moderno se diferenciam. Posso ter instituições altamente seletivas que estão formando um perfil de alto nível de pesquisa e tem exigência acadêmica muito alta, e outras instituições que trazem uma outra formação mais prática, mais vocacional e mais rápida para o mercado de trabalho que exigem pessoas de outro perfil. Os sistemas modernos de formação superior apresentam uma gama ampla de tipos diferentes de formação em tipos diferentes de instituição para tipos diferentes de alunos. No Brasil temos muito pouco disso teoricamente, ainda que na prática tenhamos algo, mas aqui as pessoas se formam em Faculdades, todos são Bacharéis, na verdade não é bem assim, temos um setor tecnológico que cresce no setor privado e no setor público quase não cresce e temos uma diversidade no mundo real entre diferentes tipos de instituições. Nosso sistema é seletivo, ele é elitista, mas ao mesmo tempo não é diferenciado. Creio que os países que conseguem lidar bem com essa questão criam uma gama diferente com formas e oportunidades de estudo na qual as pessoas podem entrar por diferentes canais e não fiquem estanques, tendo condições de passar. Nos Estados Unidos posso entrar em um *College* pequeno e, no caso da Califórnia, passar para a Universidade da Califórnia conforme meu desempenho. Esse é um sistema que não se fecha, ele abre um leque de tal maneira que – no caso da Califórnia que é um exemplo clássico – todos têm acesso a um ensino superior de algum tipo, pois temos os *Colleges* abertos a todo o mundo e se tem outras intuições de outros níveis. Tem mais ainda a questão sobre a USP, que é uma discussão que cabe à própria USP fazer, de como ela se posiciona nesse conjunto. A USP se diferencia no Brasil por ser uma instituição de alta qualidade e por ser altamente intensiva na pesquisa, mas por outro lado é uma instituição muito grande e por isso não pode simplesmente ser uma instituição fechada e exclusiva. Se ela fosse uma instituição de 5 mil alunos, como é o ITA, no qual só se entra se for um aluno muito bom, a USP não pode ser só isso – ela tem de ser isso também, mas

precisa ter uma política mais ampla. Devemos levar em consideração como ela pode se abrir para o resto da sociedade. Creio que temos um exemplo interessante no caso da USP da Zona Leste, o que eu acompanhei do passado era a tentativa de abrir uma outra alternativa para um outro tipo de população, creio que isso não deu muito certo e ela acabou ficando muito parecida com o restante da Universidade. Essa é uma questão, saber se a instituição pode fazer essas mudanças e pode fazê-las bem. Parece-me fundamental, na questão da discussão sobre a política afirmativa, que a ação afirmativa, quando bem feita, não pode ser reduzida ao ingresso, mas sim saber qual o desempenho que o aluno, uma vez tendo ingressado na Universidade, terá e como cumprirá aquilo que se espera que ele faça. Uma política que cuide do ingresso e não faça nada depois resultará que ou o aluno vai se perder ou se ele, por ser igual ao outro, não necessitaria mesmo de atendimento diferencial. Se o aluno vem de uma escola pública, não tem condições sociais ou vem de um meio que é discriminado, como se deverá lidar com ele. Que condições se irá dar. Deve se dar uma bolsa de estudos, apoio, tutoria, ou vai oferecer para ele um tipo de programa mais adequado para o que ele possa efetivamente fazer. Há uma série de questões que se coloca depois que se decide – e acho que se deve decidir – da importância de se ter uma ação afirmativa. Um dos problemas da ação afirmativa é que, por vezes, acaba selecionando, não os grupos que realmente necessitam, mas as elites de certos grupos menos privilegiados, e mostrarei alguns dados sobre essa questão. Isso se passa, por exemplo, com o SISU, pois o sistema da ampla concorrência ou de ação afirmativa, pois quando se observa as notas de corte dos dois casos, elas são parecidas. Muitas pessoas que entram por ambos acabam com resultados indiferentes, de modo que, se entra pela porta 1 ou pela porta 2, se não se tiver 600 ou 700 pontos pelo SISU, seja por via afirmativa seja por critério geral, não se entra em uma Faculdade de Medicina de boa qualidade. Independentemente disso, o sistema de ação afirmativa acaba selecionando aqueles que já estão bem, que já conseguiram chegar bem no ENEM e passar bem no ENEM. Creio que essa seja uma dificuldade que a ação afirmativa pode possuir. Ela acaba selecionando um subgrupo dentro do grupo específico. O exemplo mais claro disso no Brasil é o do critério de escola pública, que é evidentemente um critério equivocado. Como já foi mencionado, temos escolas

públicas que são escolas técnicas, escolas militares e escolas de aplicação cujos alunos são tão bons ou melhores que os alunos dos colégios particulares. O critério deveria ser, caso se quisesse usar um critério mais detalhado de escolas, a rede estadual e não a escola pública, pois a rede pública inclui alunos de escolas públicas seletivas altamente subsidiadas que se saem melhor e ocupam os melhores lugares na competição por vagas entre os alunos que passam pelo processo seletivo. Ela também pode discriminar os alunos menos capacitados dos setores majoritários. Se dermos vagas para alunos pretos e pardos, os alunos brancos piores ficarão discriminados. Esse é um problema clássico, principalmente nos Estados Unidos, onde há um consenso de ação afirmativa sim e uso de cotas não é uma das questões que embasa essa jurisprudência americana é a razão de termos um problema efetivo de quem cai no limite, a decisão é por um critério que não é justo. Temos que quando se usa um critério que não é estritamente acadêmico seletivo, mas um critério mais amplo, por exemplo, se selecionasse alunos por sorteio – que é um critério totalmente justo e não discrimina com base em qualquer critério de conhecimento prévio – poderia se selecionar alunos que tivessem dificuldade de acompanhar o curso e necessitariam de atenção especial para que pudessem efetivamente aproveitar a oportunidade. Isso leva a duas possibilidades, caso se receba alunos que são piores será necessário cuidado especial para que eles não fracassem ou eles serão discriminados dentro da instituição, sendo reprovados ou ficando em espécies de guetos na instituição, de modo que se colocaria estes alunos em cursos especiais e não se relacionariam com os outros colegas. Esse é um problema muito conhecido nos Estados Unidos, o Brasil não tem essa experiência, mas é algo que se conhece na literatura internacional. O que sabemos das políticas federais de cotas de modo rápido é que as pesquisas mostram, de modo geral, que o desempenho dos cotistas não é muito diferente dos alunos não cotistas. Há uma questão que os dados que se usa normalmente são os do ENADE, que é uma avaliação nacional de desempenho do aluno, de modo que se avalia os alunos que já chegaram no último ano, todos aqueles que foram excluídos e abandonaram – as taxas de abandono no Brasil são altas – portanto esses alunos não chegam lá e não se sabe o que aconteceu com eles. Há uma diferença evidentemente com relação às carreiras, algumas carreiras são mais

exigentes e esse é um dado interessante da USP, pois compara as mais competitivas com as menos competitivas, e esse é um dado interessante para entendermos o que está acontecendo. Ademais, conforme mencionei, o critério de escola pública obviamente é um critério equivocado, pois ele discrimina a favor de instituições públicas seletivas, como escolas militares, institutos federais, entre outros. Então o que se predomina no Brasil? Apresento uma tabela com a reserva de vagas no ensino superior com dados do censo do Ministério da Educação, que mostra como as pessoas entraram no ensino superior. Temos, no Brasil, um total de 8 milhões de estudantes no ensino superior; entra por ano algo como 1 milhão e meio ou dois milhões, e temos 327 mil alunos que entraram no ensino superior por ação afirmativa. No ano de 2015, segundo dados do MEC, algumas entram por duas ou mais razões, e por isso, no final, temos um total de 417 mil, são pessoas que atendem ao menos dois critérios – esse dado está errado, está ao contrário, o primeiro é raça, o segundo deficiência e o terceiro escola pública. Podemos ver que o que se predomina no Brasil é a ação afirmativa para alunos de escola pública como um todo, esse é o critério principal que tem predominado na seleção de ações afirmativas do Estado; o fator racial é relativamente menor e deficiência também. Outro dado interessante da comparação de desempenho do ENEM segundo algumas características socioeconômicas dos alunos: se comparar os alunos da escola federal para as escolas estaduais, temos uma diferença de 100 pontos no ENEM, é a maior diferença. E esse grupo, evidentemente, é um grupo altamente heterogêneo que é mais uma razão para não se usar o critério de escola pública. Se usarmos o segundo critério, se o aluno estudou em uma escola estadual ou particular temos uma diferença de 90 pontos, então de fato a escola estadual dá uma formação pior e seleciona – não tenho esse dado aqui – alunos de condições sociais piores que não passam nos sistemas competitivos das escolas públicas. Se comparar a questão da educação, crianças de famílias mais educadas e menos educadas, tenho uma diferença de 60 pontos. Se o pai tiver pós-graduação é maior ainda. Curso diurno e curso noturno é outro critério. Pai de educação superior e pai de educação média e o critério de cor curiosamente é o que dá menos diferença, o critério cor raça somando branco e preto – não negro, mas pardo e sim branco e preto – tenho uma diferença de 29 pontos. Por que isso? Creio que a razão é que estamos

trabalhando com alunos que já concluíram o ensino médio, sabemos que a população negra, preta e parda no Brasil é uma população mais pobre e tem mais dificuldades de terem concluído o ensino médio, frequentemente não termina e os que chegam lá já passaram por um processo seletivo, já vem de uma condição social relativamente melhor. Esse é o dado que tenho sobre a renda familiar dos estudantes brasileiros por cor, segundo a educação do curso que eles estão seguindo. O que vemos é que entre os brancos há uma diferença da renda familiar com educação superior e entre os pretos e pardos a diferença é muito maior ainda. A renda para quem tem ensino superior e é preto ou pardo é inferior ao dos brancos, mas se compararmos com as pessoas de educação mais baixa entre os grupos pretos ou pardos, a diferença é ainda maior. Esses alunos com ensino superior pretos ou pardos estão em condição significativamente melhor do que a condição social dos outros estudantes pretos ou pardos que estão na educação média ou fundamental. Temos uma questão mais polêmica e mais complicada e sei que aqui nosso consenso não continuará, que é a questão das cotas raciais. Tenho tomado uma posição pública de criticar o uso da raça como critério de um processo seletivo e mencionarei alguns pontos sobre isso. Primeiramente, como questão óbvia, não se pode dizer que o Brasil não tenha uma questão ou problema de discriminação. Precisamos distinguir aqui o que é discriminação e o que é preconceito, discriminação é quando, efetivamente, impeço alguma pessoa de fazer algo pela sua raça e o preconceito é quando não faço isso ostensivamente, mas na prática tenho um comportamento que trata mal a pessoa e a deixa em piores situações. O mercado de trabalho brasileiro discrimina claramente em termos de raça. Em uma mesma posição, se temos um branco e um preto é mais comum o branco conseguir a vaga. Esse é o sistema de mercado de trabalho brasileiro que é claramente discriminatório. O sistema educacional não é. Ninguém fica com uma nota pior no vestibular por causa da cor da sua pele, mas que existe, no dia a dia, ações que demonstram preconceito e uma série de problemas associados a isso, evidentemente que existe, por outro lado, o Brasil tem um nível muito grande de miscigenação, não é igual aos Estados Unidos e tem toda uma discussão em relação a isso. Os dois extremos da discussão são: nós somos iguaizinhos aos Estados Unidos e aqui todo mundo é igual e não tem problema racial nenhum. Nem uma coisa

nem outra, não somos os Estados Unidos, mas temos um problema real e existente. A outra coisa que sabemos é que as pessoas que aparecem no censo como autodeclarados pretos, pardos ou indígenas estão em condições sociais e econômicas inferiores, por diferentes razões: por discriminação, por condições históricas – pessoas que nasceram nesse meio, a família não tem condições, o ambiente não estimula, coisas que vão se reproduzindo por gerações e gerações em um ciclo que precisa ser quebrado. As políticas de cotas raciais tem uma vantagem - e considero isso muito importante - é que elas funcionam como uma política de identidade, as pessoas se sentem valorizadas por serem diferentes. Não se tem uma situação onde 'quero passar por branco, pois do contrário a sociedade não me aceita' para 'eu sou negro e tenho orgulho disso'; assim se valoriza a identidade e na medida em que se cria essa valorização da identidade, tem um valor importante. Isso também traz um problema, pois uma sociedade democrática não deve ser organizada por critérios étnicos e raciais e certamente não penso que se deva dividir a sociedade e resolver tudo em termos raciais, mas creio que as pessoas devem saber quem elas são, o lugar que tem e se sentir valorizadas ou valorizar aquilo que têm dentro delas mesmas. Isso vale para identidade religiosa, identidade sexual, identidade étnica, cultural e regional. Essas coisas são importantes. A questão que se coloca é se vai se usar um critério de identidade para a formação de uma política pública e se você tiver de começar a classificar as pessoas em função das suas identidades. Sabemos que no Brasil antigamente ao se registrar se usava, 'fulano de tal, filho de fulano de cor branca ou preta' isso foi abolido há muito tempo atrás e não creio que se deva reestabelecer isso. Não creio que a função do estado é de fazer uma política de classificar as pessoas segundo as identidades, pois essas identidades são difusas, para algumas pessoas é muito importante sua identidade, para outras não. Isso é de interesse pessoal. Venho de um ambiente cultural judaico, onde a questão da identidade é muito forte, mas eu sai desse meio, não nego minha identidade, mas minha identidade não passa por ai, não vivo nesse meio e essa é uma opção minha. Outras pessoas fazem isso e creio que seja fundamental viver nesse ambiente e cultura dentro de sua religião, não quero ser forçado ou ter de declarar a minha origem para dizer se tenho direito a isso ou aquilo, creio não ser mais merecedor de algum beneficio social pelo fato de pertencer a

identidade a, b ou c. Nesse sentido, se somar essa consideração com a consideração de que o critério racional não é o que mais diferencia em termos de condições sociais e condições socioeconômicas e que ele é predominantemente uma questão de identidade, diria que políticas de identidade deve ser uma política da sociedade, mas não deve ser uma política de estado ou de governo. Minha conclusão é que quando se começa a introduzir critérios raciais como critérios oficiais, cai-se em situações absurdas como conhecemos há um tempo atrás em Brasília, onde se tinha um comitê para discutir se a auto declaração de raça é verdadeira ou não e se tem uma discussão infinita, pois por mais que se saiba o que é um preto ou o que é um branco, existe entre os dois uma mistura muito grande, que não diz respeito só à cor da pele, mas à identidade das pessoas, as pessoas não necessariamente querem se identificar em a, b ou c. Nós, do IBGE, temos pesquisas sobre isso e alguns pesquisadores trabalham com isso também, onde perguntamos qual a categoria das pessoas em amarelo, branco, preto e pardo, contudo quando se pergunta sem dar alternativas, há mais de mil possibilidades e as pessoas não se encaixam nisso. Não acho que deveria ser uma política de governo ou das instituições definir as identidades que elas mesmo não querem ter e aquelas que querem ter, que tenham. Creio que esse direito faz parte da identidade de cada um. Terminarei aqui, essa é a minha posição, tenho discutido muito isso e, inclusive diria fundamentalmente que políticas de ação afirmativa sim são importantes e não podem se limitar a questão da entrada, mas precisam incorporar a questão do estudante que entra por esse processo, que alternativas que ele tem o que se vai fazer; creio que possam ter tipos diferentes de formação. Sendo esse o recado que traria para essa discussão." **M. Reitor:** "Agradecemos muito o senhor ter dividido conosco essas considerações que reputo de elevado interesse e imediatamente convido o Doutor Augusto Henrique Werneck Martins para dar continuidade às exposições. Antes de ele tomar a palavra, devo dizer que o mesmo foi convidado por sugestão do Frei Davi, coordenador do EDUCAFRO, Movimento que muitos aqui conhecem e o Frei está nos dando a honra de assistir essa Sessão como convidado." **Prof. Dr. Augusto Henrique Werneck Martins:** "Agradeço muito o convite. É uma honra estar nesse Egrégio Conselho, para trazer algumas considerações sobre minha experiência com ações afirmativas

no Estado do Rio de Janeiro e, curiosamente, nas duas instituições que faço parte, a Procuradoria Geral do Estado e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Digo em primeiro lugar e quero trazer algumas considerações teóricas sobre ações afirmativas para dizer que essas correspondem a um mecanismo de reconhecimento e reparação. De um ponto de vista temos o reconhecimento identitário, mas não basta esse reconhecimento identitário, pois temos de chegar a conclusão se essa identidade representa ou não um fundamento para uma reparação social e assim, para uma reparação estatal. Volto sempre – e hoje tivemos oportunidade de ouvir sobre políticas da sociedade de políticas de Estado – talvez a primeira norma jurídica relevante a acerca da política de Estado tenha sido a Lei de Terras do Império, a Lei nº 601, de 1850, preparando o ambiente do final da escravidão, uma Lei que é contemporânea da abolição do tráfico negreiro, essa norma determinava que a propriedade seria branca. Era uma norma que estabelecia, pela primeira vez, o registro de terras, e esses basicamente no Brasil, eram rurais, como se fotografássemos a propriedade rural no Brasil e identificássemos: esse são os proprietários. Eram mais ou menos 400 famílias se considerarmos uma ideia ampla de família. Temos, além disso, a previsão de colonização e migração no Brasil, com a reserva de terras para os imigrantes, que eram ou brancos ou orientais. Finalmente, a exclusão de negros e indígenas no acesso a terra. Nesse momento a propriedade no Brasil ficou branca e ficou bastante esclarecido aquilo que Raimundo Faoro em seu 'Os Donos do Poder' teve a oportunidade de assinalar, ou seja, o grande valor – se pudéssemos usar de maneira infame o termo – a grande commodity do Brasil Colonial e Imperial não foi o ouro, não foi o café, não foi a cana, foi o negro. O negro explorado pela escravidão e o índio expulso pelo genocídio. Nessas duas questões vemos claramente a origem da pobreza no Brasil. Essa origem explica as políticas de Estado que eu costumava classificar como ações afirmativas ao contrário ou ações infirmativas que deram ao nosso país a característica de ter os serviços públicos desenvolvidos do centro para a periferia, dos ricos para os pobres e dos brancos para os pretos. A minha cidade, a cidade do Rio de Janeiro é um exemplo perfeito dessa característica e a minha família, Werneck, que é originária de cafeicultores, é um exemplo bastante acabado de família que viveu todo esse ciclo e trago isso aqui trazendo uma bela manifestação do

Professor Marcelo Paixão da Faculdade de Economia da UFRJ, que fala da necessidade de pessoas, cidadãos e instituições hoje no Brasil realizarem uma espécie de suicídio lacaniano, para retirar de dentro de si o seu racismo. Longa é a história do nosso racismo e, portanto as ações afirmativas se justificam para mim no campo de reconhecimento dessas identidades que foram banidas lá na Lei 601, aqueles segmentos sociais que foram excluídos do acesso à propriedade e, evidentemente, em seguida, da necessidade de repará-los no tempo. Reparar não só porque foram escravos, não só porque foram assassinados, mas em virtude de que, a partir da igualdade formal introduzida pela Constituição de 1891, não tiveram acesso aos serviços públicos essenciais e, nesse sentido, é notável a figura da Universidade pública brasileira, que foi feita para a classe média com recursos do conjunto da população. Podemos ver essa característica nas grandes universidades brasileiras, na Universidade de São Paulo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, nas principais Universidades Federais e na Universidade que eu estudei, a UERJ, que espero que continue existindo, se o Governo do Estado do Rio de Janeiro permitir – me desculpem essa confissão e desabafo, mas é sempre necessário quem teve origem na UERJ, nesse momento tão delicado, falar da UERJ. Dizia-se que o sistema de cotas poderia destruir a UERJ, mas quem destruiu foi o Governo, o que é uma questão muito curiosa. Nesse quadro havia ações infirmativas, veremos claramente a primeira favela representativa do Brasil surgir no mesmo ambiente onde se desenvolveu o samba, o jongo e as religiões de matriz africana, na zona portuária do Rio de Janeiro, onde houve a reforma da vacina, onde houve os primeiros grandes movimentos de miscigenação, negros libertos e soldados vindos de Canudos iriam se casar com os descendentes de portugueses que eram estivadores do cais do porto, esses portugueses pobres. Veremos ali uma origem comum de pobreza mesclada e permeada com a cultura negra na cidade do Rio de Janeiro. Veremos que nesse momento os terreiros de Umbanda e Candomblé eram perseguidos, as rodas de capoeira eram perseguidas, as rodas de samba eram perseguidas e veremos a famosa escola pública do Brasil, que era feita para a classe média. Era a escola pública ainda não universalizada, onde se matriculavam talvez 10% ou 15% das crianças que poderiam ter acesso a ela. Essa lógica foi reproduzida pela universidade brasileira e a nota do

bacharelismo, uma notável obra de um excelente professor da Universidade de São Paulo, 'Os Aprendizes do Poder', de Sérgio Adorno, que dá conta exatamente da nota do bacharelismo entre nós e da importância de ser bacharel, e essa revela a importância da ação afirmativa na Universidade, pois é a oportunidade de dar ao negro excluído, ao indígena excluído e ao pobre brasileiro o título de Doutor, que abre portas, que desanuvia os horizontes, que dá outras possibilidades na vida. Daí a importância da ação afirmativa se dar no plano da Universidade. Essas considerações vieram e se tornavam bastante relevantes a partir do momento em que vamos desmistificar a ideia da democracia racial, depois da fase das chamadas ações infirmativas, o máximo dela a política de embranquecimento em seu exemplo maior, a participação do Brasil nas Olimpíadas de Antuérpia, em 1920, com uma delegação absolutamente branca ou se preferirem os critérios para ingresso em Instituições como a Diplomacia e a Marinha do Brasil, onde se tinha diplomatas brancos e oficiais brancos, pois era o Brasil visível no exterior. E teremos como consequência dessas políticas de embranquecimento, que é a tentativa de negação, que é a tal 'democracia racial', típica do Estado Novo e do momento no qual a universidade pública brasileira começa a se consolidar. Mais uma vez um grande professor da Universidade de São Paulo nos ajuda a vencer essa etapa e verificar que na verdade nós tínhamos uma sociedade racista. Devemos isso a Florestan Fernandes. Então, hoje a realidade da junção entre raça e pobreza, da junção entre raça e exclusão e da ideia clara de que há discriminação no ingresso indeterminado às instituições brasileiras, entre as quais devemos destacar a Universidade, é fato. A partir daí veremos um passado recente de políticas intensas de ação afirmativa, nas quais se destacam o sistema de cotas. É muito importante e eu não preciso recordar que a ação afirmativa não é sinônimo de cotas, o Professor Simon indicou aqui que temos muitas possibilidade de ação afirmativa e é certo que a USP vem praticando ações afirmativas; chamaria a atenção nos dados que foram apresentados anteriormente, pois aqueles cursos de maior competição proporcionalmente foram aqueles que tiveram maior nível de inclusão, porque passamos de 15% para 25%, tivemos um aumento de 60%, ao passo que nos outros tivemos um aumento mais discreto, na média de 30% e 25%, isso é a prova da importância da inclusão justamente nos cursos que são mais

disputados, o que é algo que se está experimentando aqui. Pois bem, para entrarmos na experiência. Minha experiência vem do ponto de vista técnico e acadêmico, mas veio antes do ponto de vista técnico. Como Procurador do Estado fui visitado um dia pelo Frei Davi, que vinha nervoso, pois havia uma Lei no Estado do Rio de Janeiro que previa a introdução do sistema de cotas nas Universidades Estaduais, que foi aprovada pela Assembleia Legislativa em 2001. Esta Lei foi alvo de discussão muito rala, uma discussão muito superficial, muito embora as lutas do movimento negro já apontassem para esse horizonte. Mas o fato é que as ações afirmativas no Rio de Janeiro foram adotadas em um ambiente sem uma massa crítica como essa, mas de uma maneira hierárquica e pode-se dizer até demagógica, e essa lei tinha uma lógica equivocada. Claramente desproporcional, pois falava em 40% para negros e indígenas e nada falava sobre os alunos de escola pública. Agrego mais um argumento sobre o aluno de escola publica ao que falou o Professor Simon Schwartzman, pois temos no Brasil hoje, não universalizado o ensino médio - estamos chegando a 60% ou 65% de alunos que fazem o ensino médio em escola pública, mas essa ainda não foi universalizada no nível do ensino médio e isso representa que não temos uma totalidade como temos no caso daqueles que terminam o nono ano e vão para o primeiro ano do ensino médio, que hoje talvez já possamos falar em universalização. Quando lidamos com esse dado, encontraremos primeiro a questão das escolas federais, que são melhores e de ensino de excelência, temos, ainda, as escolas técnicas, as escolas de aplicação e os colégios militares, mas falaremos em uma questão que julgo mais sensível que essa, que é a do aluno que terminou, com grande esforço o seu ensino médio em uma escola particular ruim, que pagou, é negro e pobre e pagou por isso. Teve um ensino terrível e teve de se superar de todas as maneiras possíveis e não tem para ele uma cota determinada se ele não for negro ou não for índio. Creio que a cota de escola pública tenha resolvido um problema prático, que é o problema do branco pobre, que não é negro, não é índio e que certamente é aluno de escola pública. Voltando à história dessa legislação do Estado do Rio de Janeiro, essa lei muito inadequada recebeu, na Procuradoria, uma solução de advogado, que foi recomendar sua revogação, preparar uma lei revogatória, era firme a jurisprudência que não se poderia ter controle de constitucionalidade sobre lei

revogada, e o Supremo Tribunal Federal arquivou ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) respectiva e o Tribunal de Justiça também e passamos a ter uma lei razoável que duraria 5 anos. Todas as ações afirmativas devem ter um limite no tempo. A ideia desenvolvida na USP de meta de inclusão socorre esse princípio de maneira brilhante, pois estabelece o que se quer, quando se estabelece uma cota de 20% para ingresso na Universidade para negros, não se sabe o que se quer no final, se quer 25% de negros, 28%, 33% ou 40% e não se sabe, portanto, muito bem aonde parar. A meta de inclusão acredita que associada com a cota deve ter esse norte, ou seja, 'aonde se quer chegar'. Mas o fato é que a segunda lei ainda era temporária e tinha um limite de cinco anos. Essa foi a primeira grande questão civil, uma vez que o limite de cinco anos não era razoável, porque ninguém se forma em cinco anos e ninguém pode, no sentido que o Professor Simon falou, ser avaliado em cinco anos, porque não se sabe o que aconteceu com aquele aluno, se ele se evadiu, se ele voltou, se ele foi fazer pós-graduação, se ele encontrou um lugar no mercado de trabalho, se ele fez um concurso público, se ele não fez nada ou como compará-lo em relação a outro que não entrou por cota. Essas são questões que foram levantadas na reformulação dessa Lei, que foi feita em 2008, para que o período de ação afirmativa passa a ser de 10 anos. Essa foi uma inovação que acabou sendo, de alguma maneira, compreendida pela legislação federal que estabeleceu também, em dez anos, o prazo para as ações afirmativas. Há outra questão muito séria, que é a permanência do aluno na Universidade. Assim, chegamos à concordância que tinha que ter bolsa permanência para o aluno oriundo do sistema de cotas, senão ele não conseguiria frequentar as aulas com o mínimo de igualdade com os seus colegas. Evidentemente, isso aumenta o custo, pois cria um custo para o sistema que ele não tinha, mas não se pode conviver sem esta perspectiva. Para fazer mais uma digressão, na Procuradoria Geral do Estado, começamos não só defender este sistema em juízo, como a praticar, para isso passamos a utilizá-lo no concurso para estagiário, em seguida, no concurso para residente e, depois, no concurso para Procurador, mas quando chega-se ao concurso para Procurador, o cotista não é aprovado. Então surge a questão: o que vamos fazer? Vamos ficar na perspectiva? Vamos dizer que nunca vamos chegar? Foi ai que criamos um programa, que é o programa de inclusão social

da Procuradoria Geral do Estado que oferece cursos, que seria como se fosse um curso de especialização para que os candidatos a concurso possam fazer e assim obter um nivelamento. Vamos fazer agora o nosso primeiro concurso depois da formação da primeira turma desse programa. Estamos observando para ver qual vai ser a consequência prática, não só no concurso de Procurador, como em outros concursos análogos, em que as pessoas podem passar. Fiz essa digressão para que as pessoas observassem que não só a bolsa de estudo é importante, mas a ideia de oferecer permanentemente o nivelamento desses estudantes. Lembro-me de responder uma consulta da UERJ, que em determinada fase entendeu que não podia deixar acumular a bolsa permanência com as bolsas de iniciações científicas, dei um parecer dizendo que isso é absurdo, pois você está tirando com uma mão aquilo que se deu com a outra. É totalmente desejável que os alunos que entram pelos programas de ação afirmativas venham a ser bolsistas de iniciação científica e que venham participar de todos os programas de iniciação científica, que façam pesquisas na graduação e que até se qualifique mais por causa disso. Essa foi uma questão que aconteceu naquele momento e que teve que ser superada. A Lei previu também - e isso é uma questão bastante importante para a Universidade Pública - o preenchimento por cotistas, de uma maneira prioritária, das vagas oferecidas em estágios no Governo do Estado, não só pelo Estado diretamente, como pelas empresas terceirizadas do Governo do Estado. São milhares de vagas disponíveis que daria pleno emprego a todos os cotistas, é uma ideia que chegou a ser implementada basicamente, mas a crise econômica e financeira do governo do Estado acabou adiando esses projetos. Hoje, no momento em que esta Lei estadual 5.346, de 2008, completará dez anos no próximo ano, começamos o trabalho de reelaboração. O grande desafio hoje é observar curso a curso o comportamento dos estudantes, seu ingresso e sua saída. Observamos, em primeiro lugar, naquela tabela entre FUVEST e SISU, uma equivalência de desempenho acadêmico entre aluno destinatários de ação afirmativa e aqueles que entram pelos sistemas de livre concorrência. Isso nos leva a fazer uma crítica ao ensino médio particular, o chamado ensino médio de bom padrão. Os meus alunos de ProUni, na PUC, são iguais ou melhores do que os alunos que entraram no Vestibular da PUC e que vêm do Colégio Santo Inácio, Colégio São Bento e do Colégio Santo

Agostinho. São iguais ou melhores. E isso desmoraliza aqueles 50 mil reais por ano que os pais pagaram nessas escolas, mais do que isso, vamos verificar que esses desempenhos são equivalentes, mas que existem cursos que ainda resistem claramente ao ingresso de estudantes pelo sistema de cotas, não resistem por resistências preconceituosas ou discriminatórias dos seus corpos docentes e de usas congregações, resistem porque as pessoas não entram. O curso de Medicina exige dedicação integral, a bolsa permanência não é suficiente, logo tem que ter uma bolsa maior para quem estuda em horário integral. Tem que haver também hoje naquela experiência que já tem 15 anos, cotas diferenciadas que sejam estimuladoras do ingresso nestes cursos em que há menor incidência de cotistas: na Medicina, em muitas das Ciências Biomédicas, nas Engenharias, na própria Faculdade de Direito, que chega perto do preenchimento da cota, mas não chegou integralmente. E, talvez, diminuir as cotas naquelas Faculdades que já se verificou que a experiência demonstra que as pessoas já entravam, já tinha bom número de negros, de índios e de pobres e que esse número já chegou a um ideal. Nesses casos, poderíamos até pensar, em um futuro próximo, abandonar as cotas, porque ela está se mostrando desnecessária, já que aquela perspectiva de igualdade já aconteceu. Esta é uma observação que estamos trazendo e chamo a atenção para essa ideia, porque quem vai implantar o sistema, pode verificar que as cotas podem ser diferenciadas. Outro insumo importante destas discussões, que já aconteceram antes em outros fóruns na USP, é justamente a meta de inclusão, que deva ser trazida para essas legislações que cuidam hoje de todo o sistema de cotas, para que se saiba aonde se quer chegar e até onde se quer chegar em cada curso, fazendo com que essas questões de discriminação, que são pontuais ou essa dificuldade de acesso a determinados cursos que todos nós conhecemos possam ser reduzidas e o grande objetivo da ação afirmativa, que é a possibilidade de igualdade, ser alcançada. Quero repetir que estou à disposição para quaisquer esclarecimentos, para sanar qualquer dúvida e dizer, mais uma vez, que foi de grande valia estar aqui discutindo e foi uma grande honra poder trazer as experiências do Estado do Rio de Janeiro." A seguir, o **M. Reitor** passa a palavra ao Secretário Geral, para a apresentação dos novos membros. **Secretário Geral:** "Representantes de Congregação: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade:

Prof. Dr. Fábio Frezzati; FAPESP: Prof.ª Dr.ª Marilza Vieira Cunha Rudge; FAESP: Dr. Fábio De Salles Meirelles (Recondução).” **M. Reitor**: “Sejam bem vindos ao Conselho Universitário. Temos que completar a constituição da Comissão Permanente de Avaliação (CPA). Como nos recordam que há em cada uma delas nove docentes escolhidos, sendo seis deles na CAD e seis na CAI, escolhidos por eleição livre entre os docentes da Universidade, cabendo ao Reitor submeter um terceiro nome para cada uma das áreas e que deverá ser homologado pelo Conselho, ou seja, o Conselho deverá concordar com estes nomes. Vou começar lendo e vocês terão cédulas para votar em cada um dos nomes ou não. Vou dizer quais são as minhas indicações. Para a Câmara de Atividades Docentes - CAD, na Área das Ciências Exatas e Tecnológicas foram eleitos o Prof. Dr. Marcílio Alves (EP) e o Prof. Dr. Sérgio Persival Baroncini Proença (EESC), o terceiro colocado foi o Prof. Dr. Ricardo da Trindade, que acaba de ser eleito Vice-Diretor do IAG e, portanto, vou indicar o quarto colocado que é o Prof. Dr. Oswaldo Baffa Filho (FFCLRP). Neste caso, como nos demais, verão que estou indicando pessoas que já manifestaram seu interesse em participar, quero dizer, estão dispostos a participar, não foi necessário consultá-las individualmente, porque elas já havia se disposto a isso. Em segundo lugar, procurei pessoas que já receberam um apoio, embora não tenham sido eleitos, de um número considerado de votos, mostrando que a comunidade vê neles pessoas que têm lideranças e que podem representá-los. Na Área das Artes, Humanidades e Ciências Sociais foram eleitos a Profa. Dra. Maria Augusta da Costa Vieira (FFLCH) e o Prof. Dr. Rubens Luís Ribeiro Machado Júnior (ECA) e a terceira posição ficou com o Prof. Moacir de Miranda de Oliveira Junior (FEA), o qual indico. Na Área das Ciências Biológicas e da Saúde foram eleitos o Prof. Dr. Aluísio Augusto Cotrim Segurado (FM) e a Prof.ª Dr.ª Telma Maria Tenório Zorn (ICB) e, em terceiro lugar, a Prof.ª Dr.ª Maria das Graças Bonfim de Carvalho (EEFERP), a qual indico. Faço com tranquilidade, porque seu mandato está terminando, de maneira que não creio que isso criará conflitos na sua ação futura dentro da Comissão. Comissão de Avaliação Institucional – CAI, na Área das Ciências Exatas e Tecnológicas foram eleitos o Prof. Dr. Kazuo Nishimoto (EP) e a Profa. Dra. Maria Cristina Ferreira de Oliveira (ICMC) e, em terceiro Lugar, ficou o Prof. Dr. Sylvio Roberto Accioly Canuto (IF), a quem indico. Na Área das

Ciências Biológicas e da Saúde foram eleitos o Prof. Dr. Geraldo Duarte (FMRP) e o Prof. Dr. Luiz Roberto Giorgetti de Britto (ICB) e ficou em terceiro lugar o Prof. Dr. Vinícius Pedrazzi (FORP), teria todas as condições de ser indicado, mas não vou fazê-lo, porque seria uma concentração grande de pessoas de Ribeirão Preto, assim; vou indicar o Prof. Dr. João Roberto Spotti Lopes (ESALQ), que ficou em quarto lugar e que será o único representante do *Campus* de Piracicaba nesta Comissão. Na Área das Artes, Humanidades e Ciências Sociais foram eleitos a Prof.ª Dr.ª Maria Angela Faggin Pereira Leite (FAU) e o Prof. Dr. Reynaldo Fernandes (FEARP), ficando em terceiro lugar a Prof.ª Dr.ª Margarida Maria Krohling Kunsch (ECA), a quem indico. Portanto, minhas indicações estão nas cédulas que serão distribuídas. Creio que todos eles dispensam maiores apresentações e *curriculum*, porque o *curriculum* de cada um deles ficou disponível durante o período de eleição. Tivemos um expediente bastante longo e há alguns conselheiros inscritos, o Regimento diz que o expediente deve demorar uma hora e meia, temos seis inscritos que daria meia hora, o que é suficiente para completarmos o expediente e entrarmos na Ordem do Dia.”**Cons. Daniel Cantinelli Sevillano**: “Esta é minha primeira reunião, fui eleito recentemente suplente da representação dos Antigos Alunos e para mim é uma honra estar aqui, porque comecei meus estudos na USP em 2000, já faz 17 anos que acompanho a Universidade. Vim de uma cidade do interior que era um deserto cultural, de forma que estar na USP foi e continua sendo uma experiência que me marcou profundamente. Fiz Relações Internacionais na época em que não existia o IRI, era um curso ligado à Pró-Reitoria de Graduação, foi uma experiência muito interessante que a USP criou no momento; depois fiz meu mestrado e meu doutorado no Departamento de História da FFLCH. O que aprendi e ainda levo comigo é que a Universidade é lugar do debate, essa é uma coisa que não devemos esquecer. Se meu latim está bom, o que está escrito lá fora significa ‘ciência vence’, então os debates que temos que ter na Universidade têm que ser pautados pelo diálogo e pelo respeito, de ambas as partes, tanto o contraditório como a situação, digamos. Reitero que é uma honra estar aqui e espero poder participar dos debates deste Conselho e que eu possa fazer alguma diferença.” **Cons.ª Maria Arminda do Nascimento Arruda:** “Pedi para falar rapidamente para uma nota que reputo muito importante para a FFLCH, mas também para a

Universidade de São Paulo. Como todos sabem, no dia 12 de maio faleceu o Professor Antônio Candido de Melo Souza e estou aqui para prestar uma homenagem a ele. A Faculdade de Filosofia já fez um evento de homenagem a ele, organizado pelo Prof. André Singer e pelo Prof. Bernardo Ricupero, ambos da Ciência Política, que foi um evento muito bonito, com enorme afrouxo de público, que em determinado momento não tivemos condições de receber ninguém mais no auditório, tivemos que fazer uma tela externa. Outros eventos aconteceram, o Professor Antônio Candido foi e é uma referência cultural, intelectual e sociológica da Universidade de São Paulo e do Brasil. Ele é sociólogo de formação e durante metade de sua vida acadêmica esteve na Sociologia, de forma que outros eventos aconteceram para discutir a sua obra. São tantos discípulos seus na área da Teoria Literária que nem dá aqui para enumerar todos, mas ele tem também uma obra sociológica ponderável. A Congregação da Faculdade de Filosofia decidiu denominar o Conjunto das Letras homenageando com o nome do Professor Antônio Candido. Nossa Biblioteca já tem o nome de um outro grande Sociólogo, um dos maiores do mundo, que foi Florestan Fernandes, hoje aqui lembrado, e Antônio Candido também é um dos maiores críticos da literatura mundial. Ele inaugurou toda uma nova vertente da crítica literária no Brasil, mas não só no Brasil, a obra dele é também traduzida em vários centros intelectuais e culturais importantes, tem sido muito debatida e discutida. Portanto, foi um intelectual de referência deste país, sempre envolvido com as questões do seu país. Ele também foi um exemplo de mestre, fiz seu último curso (sou socióloga, mas me preocupo com o trabalho e com os fenômenos da cultura) que ele deu antes de se aposentar. Antônio Candido era um mestre no sentido integral da palavra, porque era também uma referência para todas as gerações, uma referência ética, uma referência intelectual e uma referência política. Ele nunca recuou diante da injustiça social, era um intelectual crítico. A Faculdade de Filosofia perde um dos seus maiores mestres; a obra dele é muito grande, não dá para falar aqui, naturalmente, e não é o caso, queria só lembrar que, como aluno da Faculdade de Filosofia, junto com outras figuras notáveis, renovou toda a crítica da cultura quando fez a Revista Clima e criou o suplemento literário junto com Décio Almeida Prado do Jornal Estado São Paulo. Esse suplemento não só foi marcante na vida intelectual paulista, mas também da compreensão do que

seja cultura no Brasil. Sei que tenho de terminar, mas antes de terminar quero dizer que há uma obra de Antônio Cândido que se chama Formação da Literatura Brasileira, que são dois volumes que foram publicados entre 1957 e 1959, que inaugura toda uma perspectiva de análise da Literatura, mas não só da Literatura, mas também da cultura no Brasil e; portanto, além de inovar neste campo, Antônio Candido, possivelmente, foi o último intérprete da formação do Brasil, porque dos celebres estudos sobre a formação, na vertente moderna foram inaugurados pelos três grandes intérpretes do Brasil, o sociólogo Gilberto Freire, naquela época também o sociólogo Sergio Buarque de Holanda e, depois, o historiador Caio Prado Junior. A Faculdade está de luto, ficou de luto, mas ela se regozija por ter tido essa figura como um de seus grandes mestres." **Cons. Paulo José do Amaral Sobral**: "Quero fazer o uso da palavra para anunciar ou lembrar que há 25 anos foi criada a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos em Pirassununga e que faremos uma comemoração no próximo mês de agosto, nos dias 9, 10 e 11, quarta, quinta e sexta feira. Já mandamos convites para os senhores e senhoras, se não receberam, vão receber; mas de qualquer forma, fica aqui o convite para todos os membros do Conselho Universitário para que apareçam em Pirassununga, sobretudo na abertura, no primeiro dia, onde faremos umas apresentações e contaremos a história da Faculdade. Temos o vídeo da palestra do discurso do Governador Luiz Antonio Fleury Filho, quando criou essa Faculdade e conseguimos fazer um vídeo dele agora. Ele mandou um vídeo para nós, relembrando aquele momento em que criou nossa Faculdade. Então será um momento de forte emoção para nossa comunidade pirassununguense e queríamos compartilhar essa emoção com os colegas, principalmente da Capital, que frequentam pouco o interior. É uma oportunidade para conhecer a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos e seus cursos de Zootecnia, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Biossistema e Medicina Veterinária, e seus cursos de pós-graduação também de Zootecnia, Engenharia de Alimentos, em Ciência e Engenharia de Materiais, em Biociência Animal e um mestrado profissional em Gestão da Inovação na Agroindústria. Somos uma comunidade de mais ou menos 2000 pessoas, uma comunidade pequenininha, mas bastante ativa e dinâmica, que vai fazer uma festa muito bonita e gostaríamos de contar com a participação de vocês."

Cons. Marcos Nascimento Magalhães: “Venho reportar discussões da Congregação. Não tem havido expediente nas duas últimas reuniões, então se acumulou um pouco. Na Congregação de março, aprovamos duas moções referentes à questão da violência, uma originária do Departamento de Computação e outra do Departamento de Matemática. Uma delas é longa e a outra mais curta. Poderia ler a mais curta, mas como sou mais favorável à mais curta do que à mais longa, vou apenas indicar que são as que o Diretor entregou ao Conselho Universitário, que manifesta a preocupação com a violência e fazem outros comentários. Vou também me reportar a uma moção que vem do Departamento de Matemática, lá do segundo semestre do ano passado, em 30 de setembro, que é uma moção com várias perguntas referentes à consultoria McKinsey, passemos a elas: 1) em que instância da Universidade tomou-se a decisão de desenvolver o projeto USP do Futuro?; 2) que critérios foram utilizados para a escolha da Consultoria McKinsey, da entidade Comunitas e dos grupos de empresários envolvidos?; 3) porque essas escolhas prescindiram de um processo licitatório?; 4) qual a justificativa para a cláusula 5º do acordo de colaboração, que se refere ao sigilo sobre todas as informações, documentos e rotinas que tomarem conhecimento referente à concretização ou não do Acordo? Essa cláusula não fere a Lei 12.527, Lei de acesso à Informação?; 5) quem são os amigos da USP, termo que aparece citado na cláusula 4ª do termo de doação?; 6) qual o completo teor de toda a documentação referente ao Projeto USP do Futuro, incluindo-se todos os valores pagos nas diversas etapas do Projeto? Como disse, essa foi uma moção do dia 30 de setembro, que não foi discutida pela Congregação até a última reunião de abril, e muitas das perguntas, os senhores já sabem as respostas, já foram dados os esclarecimentos. Essa moção não foi aprovada na última reunião da Congregação e entre outras razões, certamente, de algumas das pessoas que votaram contra foi porque muitas perguntas já tinham sido respondidas, apesar de que outras tantas não. A minha leitura é porque eu, pessoalmente, como alguns outros tantos na Matemática, acha que várias dessas questões são pertinentes e tem a ver com a dinâmica da Universidade, e que a Reitoria tem que, de alguma forma, colocar as coisas a público. Gostaria de apontar duas outras questões. A primeira é referente ao fechamento da Creche Oeste, que contínua ocupada, o que parece é que o

último movimento da justiça foi pela não intervenção da Reitoria e que seria muito bom que se pudesse resolver a atual situação de incerteza pelo qual todos os envolvidos estão vivendo. Acho que a creche, que é um assunto de sensibilidade para boa parte da comunidade universitária, mereceria um respeito maior por parte da Reitoria, na minha opinião. Por fim, uma outra preocupação de alguns colegas, que frequentam a Raia Olímpica, é sobre a possibilidade aparentemente iminente da derrubada do muro que divide a Raia da Marginal Pinheiros. Ao que parece é um acordo com a Prefeitura de São Paulo e envolveria um custo razoável, que seria bancado por uma companhia de saúde privada, a Prevent Senior. Alguns estudos referente à poluição indicam que haverá um aumento razoável da poluição para os usuários da Raia. Acho que a comunidade Universitária mereceria mais informações sobre esta questão, tendo em vista que a Raia é usada não só pelas pessoas que estão ali praticando canoagem, mas também por vários usuários que estão fazendo um programa de recuperação de saúde, inclusive, há um programa de canoagem que atende as mulheres que tiveram câncer de mama." **Cons.ª Luana dos Santos Alves Silva**: "Queria me ater à discussão feita entre os dois convidados, que foi bastante rica e muitas informações, como o Professor Zago falou, não eram de conhecimento dos senhores conselheiros, mas com o perdão do Professor Zago, queria dizer que essa discussão, sem dúvida, não começou agora. Entendo que essa discussão possa, de alguma forma, estar mais forte neste Conselho, mas de maneira nenhuma começou agora, porque desde os anos 80 o Núcleo de Consciência Negra, que está na Universidade de São Paulo aprovando alunos de escola pública, oferecendo cursinho de graça para alunos que entram aqui na USP, está discutindo este assunto desde os anos 80. Um dos primeiros teóricos brasileiro a falar sobre reserva de vagas nas universidades brasileiras, que, inclusive, serviu de modelo para a UERJ e UNB, foi um professor da USP, Kabengele Munanga. Ele foi um dos pioneiros a falar sobre isso no Brasil, então de jeito nenhum essa discussão começou agora, ela começou no Brasil há muito tempo, e começou na USP. O que é histórica - não estou falando da culpa de nenhuma gestão - é a resistência da Universidade de São Paulo em debater este tema. É histórico que a USP se recusa a falar sobre este tema e a cumprir uma Lei Federal que há dez anos está em vigência. Não é possível que dentro desta discussão, escutemos como

se fosse um assunto banal, como se não fosse fato de que a USP, por exemplo, fez um acordo com o CRUESP, que é o Conselho de Reitores das Universidade Paulistas, de até 2018, ter 37% de alunos pretos, pardos e indígenas, que é o percentual do Estado de São Paulo. Isso foi um acordo que a Universidade de São Paulo cumpriu com as três estadual paulistas. Por falar nelas, acabei de voltar de Campinas e é muito possível, é inclusive provável, que hoje a UNICAMP aprove, de fato, cotas no CONVEST. Se isso acontecer - e acredito que vá acontecer reserva de vagas para alunos de escola pública e para indígenas na UNICAMP -, vai ser oficial que a USP é a única Universidade do Brasil que não tem reservas de vagas por critérios raciais. Isso é um absurdo tão grande, que fico muito impressionada que escutemos esse tema como se fosse neutro em relação a isso. Queria debater um pouco o que o Professor Simon falou sobre as pessoas que não quererem se colocar em certas raças, de que as pessoas não podem ser divididas em raças, não podem ser divididas em gêneros. Eu também não queria, se ele que é um homem branco, não quer ser julgado pelo que ele é, menos ainda eu. Mas, de fato, as coisas não são como quem luta por cotas, que quer fazer uma divisão racial. A divisão racial já existe. Olhem para este Conselho, está na cara de todo mundo aqui, vamos olhar para quem evade do ensino fundamental; quem evade do ensino médio; quem tem pior atendimento no SUS; quem é mais morto pela polícia; quem mais morre antes dos 25 anos no Brasil: são os negros! Isso não é por acaso. Como uma pessoal não quer uma divisão racial quando ela já existe e quando esta divisão já está colocada? Uma política universalizante não vai resolver o problema, isso é obvio. Se temos uma situação de desigualdade no Brasil, uma desigualdade histórica, fruto de um sistema de centenas de anos de exploração de um povo, de massacre, uma política pública universalizante não dá conta, tem que ser uma política especifica. Não é possível que seja uma discussão tão difícil assim. Quantos aqui - vou repetir um argumento que uma das fundadoras do grupo de Consciência Negra já colocou neste Conselho - não fizeram pós-graduação em universidades da Europa e dos Estados Unidos com cotas de latino-americanos? Vamos ser honestos, quantos não fizeram? E não está errado, cotas de latinoamericano é para enriquecer a universidade de lá, é uma medida de justiça. Uma universidade como a USP, que historicamente exclui a

população negra e a população pobre, é vergonhoso que seja uma das únicas do Brasil a debater este tema. Quero falar que protocolamos esta mesma proposta de cotas sociais e raciais na USP. Acho que todos aqui receberam esta proposta de reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas e para alunos de escolas públicas, e queria que todos lessem com muita atenção, porque no último 8 de junho, o CoG vai discutir este tema, e no dia 27 vai passar por este Conselho. Acho extremamente triste que o Reitor coloque que esta discussão está começando, quando na verdade, existe há décadas e já protocolamos isso aqui no Co. Acho que vamos saber o resultado da UNICAMP há algumas horas e acho que vai ficar cada vez mais claro a responsabilidade de cada um aqui. A USP já cumpriu o papel histórico de ser a última a adotar cotas. Quero que todos leiam isso aqui, que todos estejam na discussão e tenham a vergonha de fazer o que é minimamente justo com a população negra." **Cons.ª Maria Angela Faggin Pereira Leite**: "A Congregação da Faculdade de Arquitetura pede o apoio deste Conselho para a moção que vou ler: 'Enquanto profissionais, professores e pesquisadores de todo o país, identificados com a causa da construção de cidades melhores, democráticas e socialmente justas, se reuniam em São Paulo em seu encontro bianual, a Prefeitura da cidade lançava violenta ação no Bairro da Luz, sobre a arca estigmatizada como 'Cracolândia', com claros fins de higienismo social. É inadmissível, no século XXI, que o Poder Público seja promotor de políticas higienistas e segregacionistas que expulsam a população pobre e se pautam exclusivamente pelos interesses privados de lucratividade do mercado imobiliário, mesmo que para isso vidas sejam colocas em risco, como ocorreu com as famílias moradoras de prédio intempestivamente demolido pela Prefeitura. As ações em curso representam forte retrocesso do ponto de vista da gestão urbana, bem como da saúde pública conforme inúmeras manifestações de profissionais da área. Reunidos na assembleia do XVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional repudiamos enfaticamente os atos promovidos pelo Prefeito de São Paulo por sua absoluta falta de espírito público e sensibilidade." **Cons. Lucas Caprio dos Santos:** "Quero brevemente, antes de comentar a questão da apresentação temática, fazer duas colocações, repudiando o fato de que existe um processo administrativo

aberto contra nove estudantes do *Campus* de São Carlos, que residem no alojamento do *Campus* e que em um processo de ocupação da Prefeitura do *Campus*, que envolveu muitos outros alunos, estão sendo processados por isso, inclusive, citando parágrafos do Regimento Disciplinar que está sendo alterado, como por exemplo, atentado a moral e aos bons costumes. A citação do processo administrativo coloca a pena de eliminação já na citação, indicando, assim como aconteceu em outro momento, a eliminação desses. A outra questão é referente ao auxílio moradia da SAS. Alguns estudantes disseram que tiveram o auxílio moradia cortado. Estudantes que se enquadram no perfil do auxílio moradia tiveram esse auxilio cortado e, segundo a Assistente Social, esse número seria de 500 estudantes. Foi protocolado junto à Reitoria e SAS um pedido de esclarecimento sobre isso há mais de uma semana e não tivemos resposta desde então. Já abordando o tema da apresentação temática, queria partir de uns dos *slides* do Professor Hernandes. Estive presente na reunião do CoG e tivemos várias oportunidades de ver esses dados, que é aquele gráfico que mostra uma linha para cada relação candidato/vaga que mostra que os cursos menos concorridos já têm um percentual aproximadamente de 50% de aluno de escolas públicas, enquanto que os cursos mais concorridos não. Isso demonstra que a política de bônus chegou a um esgotamento neste sentido. Sobre o projeto que foi apresentado, foi protocolado no dia 18, que seria o dia em que haveria uma reunião do CoG e acabou sendo adiada, mas foi decidido protocolar neste dia, de forma a trazer ao conhecimento dos senhores conselheiros o mais rápido possível. Esse projeto é muito semelhante ao da UNICAMP, que está sendo discutido e votado hoje e também muito semelhante ao da UNB, que antes da Lei Federal, teve cotas exclusivamente raciais e quando da Lei Federal, houve uma adequação da UNB, que manteve a proporção da Lei Federal e manteve também o percentual adicional referentes às cotas raciais. Neste projeto que foi apresentado, o seu artigo 1º apresenta a reserva de vagas tal como se dá nas federais, tal como consta da meta da USP e por curso (é importante destacar que é por curso), e o artigo 2º trata de uma reserva de vagas complementar, acho que o Professor Augusto e a Luana abordaram muito bem essa questão de reparação pela questão racial. As cotas raciais, dentro do projeto de Lei Federal, é o percentual do Estado de pretos, pardos e indígena dentro dos 50%

dos estudantes de escolas públicas. No final não chega ao percentual de negros e indígenas do Estado, mas é somente a metade. Então, enquanto política de ação afirmativa, consta no artigo 2º um adicional de vagas referente as demais 50% de vagas sobre as quais incidiria o percentual do IBGE de negros e indígenas e, além disso, no artigo 6º, tem as vagas para candidatos com deficiência, e há uma proposta do modelo que existe na UFSCAR, de vestibular diferenciado para a população indígena aldeada, que é muito diferente da questão dos indígenas que vivem nas cidades. Então, existe um acúmulo de um núcleo indígena da Universidade e também de outras universidades que já têm esta proposta de vestibular diferenciado, atentos a como selecionar e como envolver na dinâmica acadêmica o que envolve projetos de pesquisas etc., sobre a população indígena aldeada e quilombolas." Encerradas as inscrições, o M. Reitor passa à Parte II, Ordem do Dia, **REAJUSTE SALARIAL 2017. PROCESSO 2017.1.8633.1.9 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO –** Proposta de Reajuste Salarial para 2017**.** Ofício do Chefe de Gabinete, Dr. Thiago Rodrigues Liporaci, ao Secretário Geral, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, solicitando a manifestação do Conselho Universitário acerca da proposta de manutenção dos atuais patamares salariais dos servidores docentes, técnicos e administrativos, tendo em vista o alto comprometimento orçamentário das Universidades estaduais paulistas com as respectivas folhas de pagamento, bem como a grande diminuição do volume de reservas financeiras das três Universidades, conforme decisão do CRUESP (18.05.17). **Parecer da COP**: com base no Comunicado CRUESP nº 01/2017 e atendendo à solicitação do Gabinete do Reitor, manifesta-se favoravelmente à manutenção dos salários dos docentes e servidores técnicos e administrativos da USP, considerando que o alto nível de comprometimento do orçamento com folha de pagamento, bem como a grande diminuição do volume de reservas financeiras da Universidade, não permite realizar qualquer reajuste salarial neste momento (18.05.17). **Cons. Adalberto Américo Fischmann (apresentação)**: "Gostaria de trazer o resultado da última reunião da COP, em que apreciamos a proposta vinda do CRUESP, que recomendava às três Universidades uma impossibilidade de qualquer reajuste, em outras palavras, o reajuste não existe - ou seja, 0%. Essa é uma decisão que foi firmada na reunião do CRUESP pelas três Universidades. A UNESP e a

UNICAMP estão com uma dificuldade, creio eu, ainda pior do que a da Universidade de São Paulo. A UNESP, por exemplo, não conseguiu sequer dar o reajuste definido pela Universidade de São Paulo e seguido depois pela UNICAMP, de 3%, no ano passado. Disse que pagaria quando pudesse, mas até agora não fez o acerto de 2016. Claramente, não tem condições para 2017. É do nosso conhecimento que a UNESP também não tem recursos para fazer face ao décimo terceiro salario deste ano, e corre o risco de não conseguir pagar o mês de dezembro, ou seja, ela só tem 11 folhas projetadas para o ano de 2017. Diante disso, a Universidade de São Paulo não pode dizer que está muito melhor, mas gostaria de trazer alguns dados para que não pairem dúvidas a todos os conselheiros sobre a nossa realidade. Vou usar apenas 3 pares de lâminas, e nessa primeira podemos ver, na primeira coluna, a previsão de arrecadação que foi feita pela Lei Orçamentária Anual, a LOA, do Estado de São Paulo, que previa uma arrecadação para o ano de 2017 de R$ 95 bilhões. Até o mês passado, foram projetados pela LOA R$ 30,5 bilhões. A segunda coluna marca o quanto que é a previsão da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para esses primeiros cinco meses: temos um total de R$ 37 bilhões. No entanto, até abril, nos primeiros quatro meses do ano, menos de R$ 30 bilhões entraram nos cofres do Tesouro Paulista. Finalmente, na terceira coluna, temos as quatro arrecadações efetivamente realizadas pela Secretaria da Fazenda, ou seja, R$ 30,284 bilhões. Isso mostra uma defasagem entre a Lei Orçamentária, a estimativa da Secretaria da Fazenda e, também, a efetiva arrecadação. Quero chamar a atenção para as variações percentuais que estão assinaladas na cor vermelha, onde vemos que a relação entre a arrecadação e a projeção da Lei Orçamentária Anual deu quase 13% a menos; e a arrecadação em relação à previsão da Secretaria da Fazenda deu 9,66%. Esses dados são incontestáveis. Em termos de um histograma, fica mais claro de percebermos. As barras azuis representam o efetivamente arrecadado; a linha tracejada é a LOA - Lei Orçamentária Anual; e os pontos em verde são as projeções estimadas pela Secretaria da Fazenda, que são feitas mês a mês. No próximo, temos uma análise comparativa do ano 2017 com dois outros exercícios, 2016 e 2015. Não quis pegar 2014 e 2013, porque teríamos posições absolutamente inacreditáveis. Mas isso mostra uma deterioração muito forte das arrecadações que estão sendo feitas no ano de 2017. Para

sumarizar, quero mostrar apenas que no mês de fevereiro, temos apenas uma diferença de quase 25% a menos entre a arrecadação de 2017 para esses quatro primeiros meses, comparativamente com a arrecadação de 2015, dois anos atrás. Esses valores estão deflacionados pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, com dados de abril de 2017. Ou seja, não dá para ignorarmos o tamanho da contração da arrecadação que o Estado de São Paulo está tendo no seu ICMS. Comparativamente, esse ano de 2017, relativamente a 2016, temos no mês de fevereiro menos 15%. Notem que comparativamente ao exercício de 2016, temos em 2017, 2,27% a mais em março e 4,48% a mais em abril, o que é absolutamente insuficiente ainda. Isso mostrou uma pequena melhoria na trajetória de arrecadação de ICMS no Estado de São Paulo, o que, contudo, daqui para frente, é uma incógnita. Ou seja, estamos diante de uma incerteza que todos podemos perceber. O histograma com esses mesmos dados mostra que em 2015, deflacionado também pelo IGP-DI com base de abril de 2017, temos R$ 102 bilhões de arrecadação; para 2016, R$ 92 bilhões; e para 2017 ainda não temos esse resultado, mas temos nas barras cinza as três posições. Em 2015, tínhamos R$ 34 bilhões; em 2016, R$ 31 bilhões praticamente; e em 2017, R$ 30,2 bilhões de arrecadação no Estado. Isso mostra a deterioração da arrecadação no ICMS. Por último, gostaria de retomar a nossa posição da reserva financeira da Universidade de São Paulo, que tínhamos ao final de 2016. O saldo bancário, em 31 de dezembro de 2016, montava a R$ 935 milhões. Esse conjunto de R$ 935 milhões deve-se a disponibilidade não vinculada de R$ 877 milhões, que são recursos que a Universidade tem liberdade, de certa forma, de fazer uso deles; e uma disponibilidade vinculada de R$ 58,8 milhões, com a qual não se pode fazer nada de diferente do que é determinado, ou seja, é um dinheiro carimbado. Isso totaliza R$ 935 milhões, que era o saldo bancário que tínhamos em 31 de dezembro de 2016. Se fizermos agora, a memória de cálculo para essa reserva financeira, considerando o saldo bancário que tínhamos, como mostramos anteriormente, tínhamos R$ 877 milhões de disponibilidade não vinculada, todavia, em 31 de dezembro do ano passado, devíamos ainda, com restos a pagar no orçamento de custeio e investimento, R$ 210,9 milhões. Ou seja, a nossa reserva financeira efetiva, em 31 de dezembro de 2016, montava a R$ 666 milhões. Esse é o resultado do ano passado. Vamos olhar agora como

ficará 2017 pela projeção que fizemos. Para 2017, o saldo bancário projetado para 31 de dezembro deste ano é de R$ 850 milhões. Não vamos confundir saldo bancário com reservas. A disponibilidade não vinculada é de R$ 810 milhões e R$ 40 milhões estão vinculados nesse saldo bancário. Agora, vamos olhar a memória de cálculo dessa reserva financeira projetada para o final desse ano de 2017. Como falamos, temos uma disponibilidade não vinculada de R$ 810 milhões e temos um déficit orçamentário estimado de R$ 610 milhões. Já apresentamos esses números quando fizemos as Diretrizes Orçamentárias de 2017, em novembro e dezembro do ano passado. Os restos a pagar para 2017 estão estimados em quase R$ 60 milhões. E tem uma figura importante, que são R$ 100 milhões a menos que estamos prevendo, como estimativa menor no repassa do Tesouro Paulista. Por quê? Vale a pena esclarecer. E a explicação é a seguinte: quando a LOA foi feita em meados do ano passado, o orçamento previsto para o Estado de São Paulo era de R$ 95,7 bilhões. Isso foi feito tendo como base um PIB positivo de 1,3% e uma inflação de 5,1%; esses são os dados subjacentes à previsão orçamentária feita na LOA. O que acontece hoje? Temos uma previsão revisada, já não são mais R$ 95,7 bilhões, mas são R$ 93,5 bilhões, como já mostramos no primeiro *slide* que trouxemos. E isso se deve ao PIB que hoje se estima de 0,49% e uma inflação que está projetada para o ano de 2017, de 4%. Diante disso, as três Universidades, das quais a Universidade de São Paulo é uma das partícipes, não tem - segundo os Conselheiros da COP - condição alguma de oferecer qualquer reajuste, porque as arrecadações não nos permite fazer isso e nossas reservas farão com que ao final do exercício de 2017, tenhamos esses magros R$ 40 milhões como reserva financeira. Só para relembrá-los, já tivemos reservas financeiras de bilhões de reais e agora estamos esgotando essas reservas para R$ 40 milhões. A pergunta que fica não é sobre o reajuste de 2017, mas como vamos virar o ano seguinte, 2018. Quem tiver respostas, todos vamos agradecer muito." **M. Reitor**: "Muito obrigado. O Professor Adalberto ficará a disposição para eventuais esclarecimentos. Mas antes de abrir a palavra, gostaria de pedir ao Professor Marcelo Dottori, se já estiver em condições de demonstrar o acesso ao Portal da Transparência. Isso porque há uma insistência em dizer que a Universidade não mostra os dados, mas tenho a impressão de que esse discurso não pega mais. Mas, de qualquer maneira, e

para que não haja dúvidas - porque talvez alguém não seja capaz de acessar o Portal da Transparência - o Professor Marcelo Dottori vai mostrar como se acessa a qualquer momento ao longo do mês. Não precisa esperar o informativo da CODAGE, a qualquer tempo pode acessar que os dados estão disponíveis. Então, suspeito que não seja mais uma questão de a informação estar lá, mas uma questão de as pessoas acessarem a informação." **Prof. Dr. Marcelo Dottori (apresentação)**: "O acesso a esse conjunto de informações é bastante simples. Peço que primeiramente entrem na página da USP, por favor. Uma vez que você entrou no portal da USP, no canto superior direito há o *link* 'Transparência'. Clicando ali, vocês ainda vão encontrar esse menu horizontal com diversos itens. Quase no fim, tem 'Administração e Finanças'. Clicando nesse item, você encontra uma série de *links* que oferecem diversas informações relativas à situação financeira da Universidade de São Paulo. Vou passar rapidamente por eles. O primeiro é 'Orçamento', se você entrar nele vai encontrar as Diretrizes Orçamentárias e a Proposta Orçamentária de 2017. Então, quem tem dúvida com relação às Diretrizes e ao Orçamento de 2017, essas informações estão disponíveis nessa página. Voltando à página principal, o segundo item trata das 'Revisões Orçamentárias'. Esse item ainda não foi alimentado para 2017, porque a primeira revisão orçamentária será feita em junho, daqui mais ou menos um mês, e assim que for feita, será colocada também nessa página, trazendo todas as informações relativas a esse item. O outro item bastante importante, o terceiro da lista, se refere a 'Demonstrativo de Receitas e Despesas'. Esse item é alimentado mensalmente, trazendo toda a execução orçamentária da Universidade de São Paulo. Então, se você quiser acompanhar a execução orçamentária da USP, todos os meses essas informações são atualizadas e você pode acompanhar nessa página também. Por fim, mais dois itens que gostaria de mencionar. O quarto item da lista é a 'Planilha CRUESP', onde você acompanha as liberações do Estado mês a mês, as folhas de pagamento também mês a mês, e o comprometimento da folha com relação às liberações do Estado. O interessante desse item no *site* é que você tem uma comparação entre as três Universidades Estaduais Paulistas - USP, UNICAMP e UNESP. É possível ter informações relativas às liberações do Estado, folha de pagamento, percentual de comprometimento, percentual acumulado no ano, no mês, e assim você pode comparar as três

universidades. E conforme vamos avançando no ano, esses dados são atualizados mensalmente nessa planilha CRUESP. Por fim, o último item que vou mencionar se refere ao informativo CODAGE. Esse é um informativo que é enviado todos os meses para a Comunidade USP, mas, de qualquer maneira, também está disponível nessa página. Ele, basicamente, traz as informações que você encontra na planilha CRUESP, mas com foco na Universidade de São Paulo, com uma análise um pouco mais profunda para a Universidade de São Paulo. Esse informativo CODAGE, como sabem, também é atualizado todo mês. Então, quem quiser ter uma noção um pouco melhor da situação financeira da Universidade de São Paulo, recomendo que entre nessa página, consulte todos esses documentos, e quem não tiver tempo para olhar tudo, recomendo que pelo menos olhe o Informativo CODAGE, que traz a informação um pouco mais resumida, com alguma análise sobre a situação e como as coisas estão caminhando, tanto do ponto de vista da arrecadação quanto do ponto de vista do gasto com pessoal e outros gastos também." **Cons. José Renato de Campos Araújo**: "A princípio não falaria nada na reunião de hoje. As contas apresentadas são mais ou menos claras há bastante tempo para a Universidade, para nós. Isso que o Professor Adalberto Fischmann acabou de trazer não é a primeira vez que ele demonstra. Há algumas questões que acho que pela primeira vez ficou muito claro como vai ser em 2018. Essa é a pergunta que gostaria de fazer a nós, não apenas ao Professor Adalberto. Essa é uma situação clara, desde as Diretrizes Orçamentárias do ano passado, que aparentemente apontava para um 2018 negativo. Agora, vimos que temos cerca de R$ 40 milhões de sobra, o que é obviamente insuficiente para manter o orçamento da USP para o ano que vem - falo pelo histórico -, porque temos aprovado há alguns anos, déficits na ordem de R$ 600 milhões ou coisa do gênero, R$ 40 milhões serão insuficientes para tocar a USP como ela vem sendo tocada nas últimas décadas, ou pelo menos nos últimos 5 ou 6 anos. Então, gostaria de usar minha fala para relembrar algumas coisas que já disse. Penso que é fundamental começarmos a discutir, por exemplo, a questão da migração dos inativos para a SP-Prev, que é uma questão da legislação brasileira e paulista, no *site* da SP-Prev diz que um dia as três universidades farão parte da SP-Prev e os inativos passarão a ser pagos pela Caixa da Previdência Geral dos Servidores do Estado. Acho que

temos que discutir isso no Conselho Universitário. Já falei em outras oportunidades, essa migração representaria 'um alívio' na ordem de 24% a 26% do orçamento que a USP gasta com servidores ativos e inativos. Essa é uma questão que gostaria de colocar mais uma vez. Sei que não é simples, obviamente que o ponto de pauta é o aumento zero, que era mais ou menos claro desde a aprovação dos parâmetros, porque, pelo menos na política, ficou claro que não haveria possibilidade de aumento, mas gostaria de, pelo menos no Conselho Universitário, termos uma discussão apontando qual será a saída e, principalmente, quais fontes de receita extra orçamentárias poderão ser discutidas e pensadas pela Universidade de São Paulo. Porque, pelo visto, a situação do País e do Estado demonstra que os repasses do Governo nos próximos tempos - para não dizer na próxima década e meia, pelo menos essa é a minha avaliação pessoal - serão muito difíceis. Gostaria de ver - não sei se conseguirei, pois meu mandato está terminando ao final desse ano - uma discussão séria no Conselho Universitário, sobre outras fontes de receitas para a Universidade. Vou aproveitar meus últimos minutos para falar sobre a questão da transparência. Concordo plenamente que houve grandes avanços nesse sentido. Já usei o Portal da Transparência algumas vezes, mas ainda há algumas coisas no orçamento - aí não é uma questão de transparência e sim de como se faz o orçamento - que não ficam claras. Por exemplo, algo que já falei e retomo, sobre o tamanho do patrimônio edificado que a Universidade de São Paulo tem e vem gerindo, fruto das heranças vacantes. Isso não está claro em nenhum lugar e mais uma vez retomo a questão, apenas para marcar o que já falei em reuniões anteriores." **Cons. Bruno Sperb Rocha**: "Quero me referir a alguns argumentos que costumam ser usados nesse Conselho Universitário, quando se defende esse tipo de medida, como é o congelamento dos salários dos trabalhadores e professores da Universidade. Em primeiro lugar, é lamentável e revoltante que os membros desse Conselho digam que é necessário adotar uma medida como essa para salvar a Universidade da crise quando a grande maioria desse Conselho tem salários de R$ 20 mil, R$ 25 mil, R$ 30 mil. E com alguma frequência dizem que já estão há algum tempo sem receber reajuste salarial por conta do teto do Governador, se colocando na posição de vítima da mesma coisa que estaria acontecendo agora com o conjunto dos trabalhadores. Acontece que, para a maioria dos trabalhadores,

ficar sem o reajuste tem um significado totalmente diferente do que para quem vive com R$ 25 mil ou R$ 30 mil de salário. Significa simplesmente levar menos comida para casa, já que o piso salarial na USP, hoje, é exatamente dois salários mínimos. Para quem ganha isso, acumular com os mais de 7% do ano passado e agora mais de 10% de perda salarial, é simplesmente comer menos. Outro argumento que se usa é em comparação com situações, como a do Estado do Rio de Janeiro, e que esse tipo de medida seria para evitar que a Universidade viva a situação que estão vivendo as universidades do Rio de Janeiro ou o Estado como um todo. Seria hilário se não fosse revoltante insinuar que são os salários dos trabalhadores, o reajuste salarial ou os pleitos dos trabalhadores que levaram as universidades cariocas ou o Estado do Rio de Janeiro, ou grande parte dos Estados brasileiros à situação que estão. É evidente que o que levou a essa situação foi o parasitismo do capital privado, do empresariado e gestões privatistas, governos privatistas, como vem acontecendo nos últimos anos no Rio de Janeiro e no país como um todo, e como quer essa Reitoria e essa gestão do Reitor Zago, aprofundar com programas como USP do Futuro e o plano de gestão privado apresentado pela McKinsey, que podemos ver que vem sendo seguido ao longo dos últimos vários meses, que quer fazer com que pelo menos 30% do financiamento da Universidade seja privado. Em outros momentos, querem contrapor a reivindicação de reajuste elementar dos trabalhadores à situação que vive grande parte dos trabalhadores do país, quando na verdade, nossa luta para pelo menos manter o poder compra dos nossos salários é parte da mesma luta do conjunto dos trabalhadores do país, justamente porque o que esse Conselho Universitário e essa Reitoria estão fazendo é a mesma coisa que estão fazendo o Governo Temer e o Congresso, os diferentes Governos Estaduais, que é descarregar as consequências da crise sobre as costas dos trabalhadores, enquanto mantêm seus próprios privilégios e continuam vivendo em privilégios, enquanto, no caso da Universidade, não dizem absolutamente nada sobre o fato de que o Governo Alckmin continua sufocando a Universidade, do mesmo jeito que sufoca o conjunto da educação pública. No caso das Universidades estaduais, nem se quer repassa o que a lei manda. Aliás, peço que me corrija o coordenador da CODAGE, os assessores da Reitoria que foram chamados a falar, se o Governo do Estado repassa para a

Universidade 5,02% do ICMS como manda a Lei. Se ele cumpre os acordos que firmou ao longo de anos pela expansão das universidades estaduais de São Paulo, de repasses suplementares, que foram assinados e foram simplesmente ignorados. Agora, o que vocês querem fazer - junto com o CRUESP - é mais um ano de congelamento salarial, e mais ainda do que já vem acontecendo, que os trabalhadores que ganham menos paguem a conta da crise universitária, que está sendo, na verdade, agravada com a privatização da Universidade, através das medidas dessa gestão reitoral, junto com a consultoria privada da McKinsey. Não vamos aceitar, como não temos aceitado nos últimos anos. Em 2014, foi sessão após sessão desse Conselho Universitário dizendo que era simplesmente impossível dar o reajuste e depois de quatro meses de greve tiveram que voltar atrás, o dinheiro que não existia e de repente apareceu, e o reajuste não foi dado, mas sim conquistado pela luta dos trabalhadores. Mais uma vez, não vamos aceitar o arrocho salarial e que venham descarregar nas nossas costas as consequências da crise." **Cons. André Vitor Singer**: "Os números apresentados são compatíveis com a crise pela qual passa o país. Entendo que são números difíceis de manejar. Gostaria de fazer uma consideração e três propostas. A consideração é que há uma política econômica em curso que vai tender a perenizar essa situação e colocar as universidades públicas, como foi explicitado, em um cenário ainda mais difícil. Acredito, em função disso, que deveríamos considerar três coisas. A primeira, uma manifestação do Conselho Universitário para a sociedade brasileira, no sentido da preocupação com o que vai acontecer - e que já está acontecendo. A proposta é de congelamento salarial esse ano, que se soma a uma perda salarial de cerca de 6% do ano passado, o que resulta em uma perda acumulada de cerca de 10%. Com perspectivas ruins para o futuro. De modo que, independente de considerações de justiça social, as quais gostaria de me referir em seguida, olhando para a estrutura da Universidade, estamos em uma situação muito difícil e com perspectivas complicadas. Acho que o Conselho Universitário deveria se manifestar para a sociedade brasileira, apontando a necessidade de uma retomada do crescimento do país. Todas as universidades brasileiras e a Universidade de São Paulo em particular - porque é o nosso caso, não estou dizendo que nossa situação é melhor ou pior que outras - está ameaçada nesse momento e acho que é nossa responsabilidade

alertar a sociedade brasileira para o que está ocorrendo. Então, a primeira proposta é nesse sentido. A segunda é que nós, na Faculdade de Filosofia - creio que nas outras Unidades também - não tivemos oportunidade de discutir esse assunto, porque esse é um Conselho extraordinário, a pauta foi enviada quando nossa Congregação já havia se reunido. Portanto, gostaria de submeter à consideração das Conselheiras, dos Conselheiros e da Mesa, duas propostas. A primeira é que estudássemos a possibilidade de fazer algum tipo de reajuste para os servidores que ganham menos, os servidores de base da Universidade, por menor que seja o reajuste possível, que seja feito algum reajuste àqueles que são mais carentes. E também que, separadamente, que estudássemos a possibilidade de algum reajuste para os Professores Doutores, muitos dos quais são jovens, pais e mães de família que dependem muito desse reajuste salarial, para conseguir manter suas atividades docentes e de pesquisa e extensão a contento. Acho que seria responsável, da nossa parte, estudarmos essas possibilidades. A terceira proposta é que estudássemos a possiblidade de assinalar a chance de algum reajuste se a arrecadação aumentar. Em que pese as críticas que eu individualmente faço a essa política econômica, faço votos de que ela dê certo e que o país volte a crescer. Já havia uma promessa no sentido de que estaríamos em uma rota de crescimento nesse ano de 2017. Os números apresentados aqui parecem que não indicam isso, no que diz respeito à arrecadação, porém poderíamos, com algum otimismo, pensar que a situação melhorará no segundo semestre. Quero crer que seria interessante estudarmos a possibilidade de anunciar algo um pouco melhor, se a arrecadação crescer, evidente. Essas são minhas propostas." **Cons.ª Gabriela Soares Schmidt**: "Quero começar dizendo que é uma pena que hoje, enquanto a UNICAMP está debatendo cotas raciais, e tem uma possibilidade concreta de aprovar isso no CONSU, aqui ainda nos sentimos confortáveis de chamar posições contrárias às cotas raciais. Parece que a USP está parada no tempo. Acho que para muitos que são da população negra da USP, estudantes, funcionários - principalmente os terceirizados - e os poucos professores, a USP ainda é um símbolo institucional. Sinto-me muito contemplada pela fala da Luana, quando ela diz que a USP, no mínimo, tem que cumprir o prazo que foi votado, de que a USP teria, em 2018, 37,5% de negros. Isso precisa ser cumprido e precisamos assumir essa responsabilidade

que todas as outras universidades já assumiram e que tem a ver com uma reparação histórica e social. É bastante atrasado o debate que fazemos aqui e é lamentável que a USP esteja tão atrás do avanço que tivemos nacionalmente em relação a esse debate. Quanto ao reajuste salarial, acho que uma questão importante de debatermos é a própria conjuntura, porque o que vimos é que o Governo dizia para nós que as reformas eram incontestáveis, que a crise era patente e que as respostas que o Governo estava dando eram inevitáveis, ou seja, que a reforma era inevitável e que não deveríamos pensar em crise, mas sim trabalhar. Mas acho que o que fomos vendo é que o sistema político, na verdade, tem uma relação extremamente promíscua com o sistema financeiro, com as grandes empresas, e acho que ficou bastante claro para a população brasileira que o dinheiro público estava sendo extremamente mal usado, e penso que não há nada na USP que nos faça confiar de que o dinheiro aqui também não seja mal usado. Porque, na verdade, não somos convidados a participar, de fato, das decisões. Participei da reunião da COP e fui ainda mais convencida do fato de que os números não são incontestáveis e de que as decisões não são técnicas, mas sim políticas. E isso tem a ver com o fato de não podermos decidir, por exemplo, como 500 bolsas de permanência foram cortadas enquanto - como levantou o Bruno - há todas as questões dos salários e daquilo que a USP continua gastando, a despeito daquilo que a comunidade universitária acha que a USP tem que gastar. Então, penso que cada dia mais, a cada Conselho Universitário, fica mais claro que precisamos democratizar a Universidade e que a comunidade universitária precisa participar das decisões. Acho que para alívio de muita gente, esse mandato do Reitor termina em outubro e está cada vez mais na ordem do dia que debatamos eleições diretas para Reitor. Esse é um debate fundamental que tem que ser feito, porque ficou claro, com a crise orçamentária da USP, dentro de uma conjuntura que é também de crise, que não dá mais para que os estudantes, funcionários e professores da USP que vivem a Universidade, não tenham uma influência real nas decisões. Por fora desse Conselho, obviamente, vamos fazer muita manifestação, muito movimento, para que consigamos o que é muito básico e que foi uma conquista histórica, civilizatória, que é poder decidir onde a Universidade vai gastar os seus recursos, que é o básico em um momento como esse. E isso se expressa,

principalmente para nós, no momento em que todos os reitores das universidades estaduais tiveram presentes na ocasião para reivindicar, do Governo, mais verba para educação pública, e o Reitor Zago não estava lá para fazer isso. Por isso é uma posição política e não é simplesmente técnica. Portanto, reivindicamos isso e acho que mais uma vez estamos demonstrando qual a nossa posição, quais os nossos acúmulos, mas sabendo que fora desse Conselho é, de fato, onde as coisas serão decididas, porque somos a maioria e temos muita força e coragem para levar a fundo o que acreditamos, que é cotas já e diretas para Reitor." **M. Reitor**: "Conselheira, todos têm direito de apresentar suas opiniões, este é um Conselho livre. Agora, não têm direito de falar inverdades, como por exemplo, que houve corte de bolsas. Não houve. A senhora reafirma que houve corte de bolsas? Sim? Fale alto para que todos ouçam, porque a senhora estará afirmando uma inverdade, e quero documentar essa inverdade, que é uma demonstração da maneira de torcer os argumentos. Ninguém tem direito de vir aqui, subir naquele púlpito e, voluntariamente, mentir, como forma de argumento. Pergunto se alguém tem demonstração de que houve corte de bolsas. (Há manifestações) Quando? De que forma?" **Cons. Lucas Caprio dos Santos**: "Professor, o senhor deve ter perdido uma parte da minha fala, quando citei um ofício que eu mesmo protocolei há mais de uma semana, pedindo esclarecimentos e não obtive respostas. Assistentes sociais teriam dito a estudantes que teria havido corte de bolsas. Pedi esclarecimento justamente para saber se essa informação está certa ou não." **M. Reitor**: "Está esclarecido. O estudante não dispõe de informações, buscou informações em lugares inadequados, ouviu boatos e a Conselheira apresenta isso como um fato acusatório contra o Reitor. Este comportamento não é admissível." **Cons. Bruno Sperb Rocha**: "Eu, que por acaso trabalho na administração do oferecimento de bolsas da iniciação científica na FFLCH, posso atestar e afirmar que nos últimos anos, mais de 100 bolsas anteriormente oferecidas pela Reitoria da USP, de iniciação científica aos estudantes de graduação, deixaram de ser oferecidas. Vim falar porque foi questionado ao Conselho se alguém tinha algum fato para afirmar corte de bolsas, e esse é um fato. Quero aproveitar para dizer que o que considero inadmissível é esse comportamento intimidatório contra a fala e a denúncia feita por qualquer membro desse Conselho Universitário." **M. Reitor**: "O senhor

já fez seu pronunciamento e volto a dizer que a Conselheira mentiu voluntariamente e esclarecidamente perante o Conselho Universitário. Digo mais, ela disse que na USP ninguém sabe se está fazendo mal uso dos recursos. Ela é Conselheira que faz parte da Comissão de Orçamento e Patrimônio, membro do Conselho Universitário, corresponsável para esclarecer essas afirmações. Disse que os números não são incontestáveis, então a senhora os conteste fundamentadamente. Não politicamente, mas fundamentadamente. A senhora demonstre seus dados, não continue se manifestando de maneira absolutamente insustentável." **Cons. Oswaldo Yoshimi Tanaka**: "Hoje, na hora do almoço, não tivemos reunião da Congregação, falo de uma reunião que tivemos com os docentes, mas acho que temos vivido uma situação bastante difícil ao longo desse ano, e que também se arrastará para o ano que vem. Penso que temos pautado essa discussão do ponto de vista de orçamento e financeiro. Agora, acho que é uma coisa muito importante que devemos tentar ver, o que podemos tentar preservar do que é mais nobre e melhor que temos, que é o nosso pessoal, os Recursos Humanos. Queremos levantar esse problema, porque temos uma dificuldade financeira que hoje vimos claramente que se trata de uma questão de arrecadação, de receita, e temos uma previsão de gasto. Do ponto de vista formal, achamos que este momento é muito difícil para toda a comunidade da USP não ter nenhum grau de aumento. Estamos trazendo ao Conselho que é importante termos algum grau de aumento. Acho que o Professor André fez uma proposta escalonada. Agora, Professor Adalberto, só falamos de arrecadação, não falamos de despesa. Só falamos de despesa com pessoal, mas não falamos de todo resto das despesas, com serviços de terceiros, com investimentos, material de consumo. Será que não temos nenhum mecanismo neste ano de crise, em que estamos realmente enfrentando um problema de arrecadação, alguma possibilidade de, através de um mecanismo de gestão, aumentar a nossa efetividade de gasto? Será que isso não permitiria ter algum buffer de orçamento? Porque todos os dados que o senhor apresentou são de arrecadação e são verdadeiros, são legítimos, essa tendência temos observado e está retratando a crise do país. Se quanto à crise do país não vejo nenhuma estimativa para aumentar durante 2017, só temos uma saída, que é trabalhar a questão dos gastos. Se não tivermos nenhuma outra possibilidade,

estaremos jogando a criança na água suja, porque estamos trazendo para a crise todo o arsenal de entusiasmo, trabalho, compromisso, de toda uma comunidade, que é nosso maior capital. Então, temos que encontrar alguma forma. A proposta que a Faculdade de Saúde Pública quer trazer é que temos de achar alguma forma de encontrar algum aumento, alguma possibilidade que faça com que todo esse universo de capital humano, social e político continue acreditando na universidade pública, da forma como está sendo construída. R$ 40 milhões em 2018 é zero - estamos falando de zero. Para um orçamento de quase R$ 2 bilhões, é zero. Temos que encontrar uma outra forma que não seja só arrecadação, e acho que neste momento de crise - e essa crise estamos vivendo todos nós, na instituição, no país e individualmente - temos que ter alguma alternativa, alguma coisa que mantenha essa chama acessa, alguma coisa que mantenha todo mundo nessa sala e em todos os locais, trabalhando e acreditando que somos a melhor Universidade desse país, e que a universidade pública nesse país tem um papel importante perante a sociedade e para sairmos da crise. Portanto, temos que encontrar alguma forma, e na minha visão a fórmula não está na arrecadação, está no gasto. Temos alguma perspectiva e acho que não é, como o Professor André disse, de aumentar a arrecadação no segundo semestre, pois não vamos. Então, se tivermos alguma chance de diminuir despesa no segundo semestre, teremos alguma chance de dar algum sinal positivo para toda essa comunidade - que é muita gente, cerca de 30 mil pessoas. Uma comunidade construída com anos de luta, anos de compromisso político, e não podemos correr o risco e achar que R$ 40 milhões em 2018 vai resolver algum problema." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: "Acho ótimo que o Conselho Universitário esteja discutindo essa questão. Chamo a atenção de há uma dificuldade no processo, que é um processo de negociação entre CRUESP e o Fórum das Seis. O Conselho Universitário não terá a agilidade para enfrentar uma situação de negociação, se o outro lado estiver mais mobilizado do que está hoje. Então, para hoje, está tudo bem. O movimento está com dificuldades de uma grande mobilização e é possível até que esse ritmo mais lento engesse alguma negociação. Não acho que vamos transformar o Conselho Universitário em um órgão executivo de negociação. Acho isso um equívoco. Penso que isso está sendo aproveitado agora pela Administração, para um respaldo que ela quer

ter. Então entro em qual penso que deveria ser o papel da COP. Acho que a realidade do país exige um processo de discussão social sobre a questão do público *versus* o privado. Então, a COP, quando divulga os seus relatórios de que gasta o que gasta com Pessoal, sem mencionar a questão dos aposentados, abre uma discussão com a opinião pública de que somos um bando de marajás, que estamos gastando mais do que está sendo arrecado, etc. Quando se falar que o que se gasta é 70% do que se recebe, isso cai por terra. Então, para ter os números claros, no orçamento desse ano há R$ 3,2 bilhões para ativos e R$ 1 bilhão é para aposentados, o que dá em tordo de 25%. Isso não parece absurdo. Quando uma indústria tem problema de pagar sua conta de água, de luz, eventualmente recorre a financiamentos, ao banco, etc. Que vergonha teria se a Universidade se voltasse ao Governo do Estado e abrisse uma discussão? Só que a perspectiva que a Administração coloca, infelizmente - até aí não tem problema, a Administração faz o que ela quer, mas tem problema quando uma Comissão desse Conselho Universitário não usa seu poder de legislativo para colocar horizontes, para ficar subserviente à mesmice que essa Administração tem com relação à crise. Quem paga a crise é a parte mais fraca, com os salários dos servidores. Há hoje repasses indevidos, os sindicatos têm discutido isso há anos, que não recebemos os 9,57% do ICMS da mesma maneira que as Prefeituras recebem seus 25%. O nosso total é um pouco diferente, não é o total do ICMS. Por quê? Porque há uma manobra do Governo de tirar, em particular, habitação, tirar todas as multas atrasadas e não contá-las nos 9,57%, enquanto que para as Prefeituras, para contar os 25%, é obrigado a repassar tudo. São detalhes que esperaria que a COP colocasse uma luz, que a Administração já deixou claro mais de uma vez que não há essa opção. Ela nem participa de modo vigoroso das iniciativas que o CRUESP faz na Assembleia Legislativa, que são fundamentais para jogar uma perspectiva de horizonte de discussão. Então, a Administração está fazendo o que sempre fez, botando a culpa aqui e ali, mas a COP não colocar uma perspectiva social de abrir um debate que possa colocar na sociedade uma discussão clara sobre a importância da Universidade; e se há uma crise de financiamento, a sociedade vai bancar a Universidade ou não? Queremos fazer essa disputa social. Ainda em apoio à questão que o Professor André mencionou, acho que os mais jovens na Universidade e os menores

salários têm problemas. No mínimo, o que esse Conselho Universitário deveria fazer agora é: primeiro, uma declaração pública de que há uma dívida por não dar o reajuste, isso pode ser um pequeno alento. Dizer: 'reconhecemos uma dívida por não dar um reajuste de salário' - e volto a dizer, não é aumento." **Cons. Marcelo Urbano Ferreira**: "Vou iniciar minha fala com uma declaração de conflito de interesses. Recebo pelo teto salarial da USP, portanto não tenho nenhum benefício direto da discussão sobre reajuste salarial. Digo isso também para relembrar um aspecto que o Professor André Singer mencionou, assim como o Bruno também. Qual é a base salarial da USP, o salário mais baixo? É R$ 2.165,00. É menos de 10 vezes o meu salário bruto. Acharmos que a proposta de 0% de correção salarial aplicada igualmente a quem recebe um salário de R$ 2.000,00 e a quem recebe o salário que eu recebo é justo - socialmente justo -, não creio que tenha o mínimo de repercussão na sociedade. Quero fazer para a COP uma pergunta, mais uma vez ligada à minha declaração de conflito de interesse. Na última reunião do Conselho, discutiu-se a possibilidade de aprovação de um Projeto de Emenda Constitucional na Assembleia Legislativa de São Paulo, que alteraria o teto salarial do funcionalismo público estadual. Pergunto para COP se existe algum estudo feito na Universidade, de qual seria o impacto de uma eventual mudança do teto salarial do funcionalismo público estadual na folha de pagamentos da Universidade de São Paulo. Por que digo isso? Conta simples: uma reposição salarial de 10% para um funcionário que hoje ganha R$ 2.000,00 por mês, significa R$ 200,00. Temos 1.500 funcionários da USP nessas condições, o que daria de R$ 30 mil a R$ 40 mil por ano, esse é o custo para dar uma reposição de inflação para aquele estrato da Universidade de São Paulo mais mal remunerado. Então, se há uma disposição da Universidade em encontrar recursos para enfrentar uma alteração de teto salarial da Universidade, por que não usar essa elasticidade orçamentária ainda muito pequena - mas que, de fato, aparentemente existe - para pelo menos, parcialmente, repor as perdas daqueles que mais vão sofrer com essa ausência de qualquer tipo de perda salarial ao longo desse ano. Essa é minha pergunta e, evidentemente, traz embutida uma sugestão de encaminhamento." **Cons. João Cyro André**: **(apresentação)** "Tenho cinco *slides* para mostrar, mas antes quero fazer um pedido. Acho que essa questão da SP-Prev precisa

realmente de uma informação oficial. A insuficiência da SP-Prev é de R$ 700 milhões, não é líquido e certo que a transferência do débito para a SP-Prev não seria acompanhada também da Receita correspondente que foi conferida à Universidade. Mas acima de tudo é preciso esclarecimento. Então, solicito que alguém do executivo da Universidade, da Reitoria, se manifeste de maneira clara quanto a isso, porque acho que precisa de esclarecimento. Segunda coisa, quanto às causas que estamos enfrentando de situação orçamentária, há a causa externa, muito bem colocada pelo Professor Adalberto, mas há também as causas internas estruturais, que estão muito associadas ás movimentações de carreiras de servidores técnicos e administrativos, à reestruturação da carreira. Portanto, a Universidade também tem responsabilidade nessa situação financeira que apresentamos. E claro, a queda de arrecadação é pertinente. Então, as causas não são apenas externas, mas internas também da nossa Administração. Podemos perceber que os déficits orçamentários foram de R$ 1,9 bilhão, e em dezembro de 2016 foram de R$ 600 milhões, cabe perfeitamente a pergunta: o que vai acontecer na próxima gestão reitoral? Creio que não será em 2018, mas sim nos próximos quatro anos, uma situação extremamente complicada. As nossas reservas financeiras estão caindo e há uma previsão orçamentária de R$ 140 milhões ao final de 2017, que hoje sofreu certa revisão. Focando neste ano, percebemos claramente que o desequilíbrio permanece, as receitas totais não vinculadas e das despesas totais não vinculadas superam as primeiras. Há um pequeno reajuste em abril, mas em função de um desempenho diferenciado que ocorreu em abril, na arrecadação. Esse próximo *slide* para mim é extremamente importante. Se projetarmos o que foi orçado como receita do Tesouro, temos um decréscimo. Se olharmos a receita e extrapolarmos o que aconteceu até abril para o final do ano, há uma arrecadação de aproximadamente 5% na Receita do Tesouro do Estado. Em relação às Receitas não vinculadas, também há uma redução de 3%, de modo que percebemos que, no total, houve uma diminuição de quase 5% nas Receitas. Por outro lado, as receitas com pessoal têm uma previsão de acréscimo sem reajuste, ficando em 100,65% do que foi projetado. Há uma redução muito forte em outro custos e investimentos, em função de contingenciamento de uma série de atividades, o PIDV superou ligeiramente o que estava projetado, e

outras foi uma redução de 28%, o que dá no total um recuo de aproximadamente 1,6%, além de uma previsão de reserva financeira de R$ 142 milhões e um déficit de R$ 611 milhões nesse ano. Se fizermos uma evolução de cenários - defini três cenários, não dará tempo de descrever cada um deles -, mas em um cenário otimista ficaríamos com uma reserva de R$ 174 milhões; em um cenário mais realista, R$ 61 milhões, repetindo o que aconteceu no mês de abril; e se tivermos os reajustes de 4,8% que foi a inflação do ano passado e um aumento de arrecadação de 0,26% ao mês a partir desse mês, vamos ficar com um resultado negativo de R$ 102 milhões ao final desse ano. Não há dúvida que há uma perda significativa salarial do corpo docente, claramente a partir de 2014, supera os 10% tranquilamente. É bem mais do que isso, e deverá ser corrigido em um futuro próximo, sob pena de comprometer o futuro da Universidade de São Paulo. Aproveito para recomendar que as receitas do projeto, 5% do contrato, sejam redefinidas como não vinculadas. E meu voto, que declaro desde já, é a favor da não aplicação de reajuste salarial nesse momento." **Cons. Diego Pereira Pandullo**: "Quero abrir um parênteses, pedindo licença aos senhores e senhoras, para fazer algumas considerações em relação ao que tem se tornado esse espaço do Conselho Universitário. Esse, que a meu ver, deveria ser um espaço de debate democrático e respeitoso entre os Conselheiros que cá estão, infelizmente não tem sido assim, não temos visto esse tipo de postura. Mais cedo, quando da exposição dos professores a respeito das cotas - saúdo e reputo como muito importante trazer esse debate para o Conselho, mas assim como a Conselheira Luana falou previamente, é urgente que esse Conselho tome medidas um pouco mais drásticas para que a USP atinja os índices que ela se comprometeu no passado, e que tenhamos de fato uma inclusão e uma democratização do ingresso a essa Universidade. Quando desse debate da exposição de um dos professores, dois Conselheiros começaram a conversar de maneira alta, zombando da exposição do professor. Eles foram instados e um outro Conselheiro pediu gentilmente que eles fizessem silêncio para que os demais pudessem ouvir. Nisso, um dos Conselheiros que havia sido instigado, proferiu as seguintes palavras: 'vou te pegar lá fora, te pego lá fora, nos encontramos lá fora'. Reputo como lamentável que esse tipo de coisa tenha acontecido nesse Conselho, entre dois

Conselheiros; penso que não é essa a postura que temos que ter. Além disso, acho que todos os Conselheiros devem ter a palavra respeitada, suas manifestações e opiniões respeitadas, e não devem sofrer nenhum tipo de interpelação ou intimidação. É isso que quero manifestar. Nós, estudantes de graduação, temos realmente ouvido dos nossos companheiros e colegas que está havendo, sim, corte de bolsas na Universidade, e também os funcionários nos têm passado isso. Então, fica uma palavra contra a outra. Acho que o senhor ainda não provou que não houve corte. Gostaria de propor que o senhor trouxesse os dados no próximo Conselho, para que possamos apreciar e não que ficasse esse conflito de versões, para que debatêssemos em cima dos fatos e dados, porque, realmente, o que nos tem sido passado pelos nossos colegas é que está havendo um corte drástico nas bolsas." **M. Reitor**: "É óbvio que esse é um assunto que interessa diretamente à representação discente. E entendo que a representação discente tem o direito de questionar esse aspecto. Não questiono isso. O que questiono é que no meio de um discurso agressivo contra o Reitor, se diga que o Reitor praticou, como se fosse fato consumado, corte de bolsas. Todos neste Conselho são testemunhas de que apesar dos intermináveis cortes que tivemos que fazer nas mais diferentes áreas da Universidade para sobrevivência, tenho investido sempre no aumento de recursos para permanência estudantil - no último orçamento isso não ocorreu, mas também não houve diminuição. Espero que reconheçam esse esforço que fiz. Agora, não é justo, sem ter uma informação correta, utilizar isso no curso de um discurso no qual se faz uma sequência de acusações ao Reitor de algo que não é verdade. Certamente, trarei esclarecimentos. Vou esclarecer antes disso. Posso garantir que não houve cortes de bolsas. Se houve boatos, eles existem de todos os tamanhos na Universidade. Por exemplo, antes das duas últimas sessões em que tratamos dos parâmetros financeiros, houve um conjunto de pessoas, muitos que estão neste Conselho, que divulgaram para toda a Universidade que faríamos a dispensa de cinco mil funcionários. Então, há boatos de todos os tipos e tamanhos, mas usar isso como um argumento grosseiro contra o Reitor não é respeitável. Agora, pedir esclarecimento é perfeitamente razoável, é lógico e o Reitor deve esclarecer. Garanto, não houve cortes. O que houve é que não fizemos aumento da destinação de recursos para permanência estudantil. Este

Conselho - não fui eu -, em dezembro votou o orçamento, e agora nos deparamos, exatamente como consequência do aumento da inclusão social na Universidade - inclusão essa que está aumentando, porque este Reitor está trabalhando para isso e resolveu parte do problema, não completamente -, que houve um aumento da demanda de bolsas sociais. Isso foi trazido a mim e disse que vou estudar o problema e ver como resolvê-lo. Jamais, qualquer pessoa da Administração terá respondido a qualquer um que houve corte de bolsas. Era só esse esclarecimento que queria dar para quem perguntou educadamente." **Cons.ª Ana Maria Loffredo**: "Em primeiro lugar, quero dizer especificamente ao nosso Magnífico Reitor, que eu, pessoalmente, acho que é inadmissível - usando uma palavra que o senhor mesmo usou - cortar a palavra das pessoas, não deixar que elas terminem, não dar espaço e tratá-las com uma atitude intempestiva e desrespeitada, como acho que ocorreu com a aluna Gabriela e com o funcionário Bruno, o que acho deplorável. Segundo lugar, quero me alinhar a um conjunto de falas de colegas, a quem agradeço, porque me esclareceram muitos pontos, por meio dos quais penso que podemos ter alternativas criativas na Universidade de São Paulo, não apenas alternativas concretas para as pessoas que têm salários mais baixos, como nos posicionarmos como Conselho Universitário, perante a sociedade a quem devemos satisfações. Esse conjunto de falas dos Professores André Singer, Oswaldo Yoshimi, Marcelo Urbano, Marcos Nascimento, que em seu conjunto colocam, sem deixar de levar em consideração os dados empíricos da crise que estamos atravessando, colocam alternativas de se levar em conta a questão dos repasses do Governo Estadual, a questão dos inativos, dos doutores - como a Faculdade de Filosofia colocou -, dos funcionários que têm um salário menor, o que foi corroborado, também, pela fala do José Renato e pela fala do Professor Marcelo Urbano, no sentido de que possamos ter uma atitude dupla, de dar uma satisfação à sociedade, e também a todos os níveis de salários que existem na Universidade de São Paulo. Acho que, com isso, podemos de fato ter aquilo que foi definido em um outro âmbito, como a definição de ações afirmativas, ou seja, que possamos ter como perspectiva de uma ação afirmativa, a igualdade. Estamos longe disso, mas poderíamos ter isso como inspiração. Nesse sentido, agradeço a esses colegas que citei, porque eles nos deram a oportunidade de não homogeneizar as nossas

decisões no Conselho Universitário." **Prof. Dr. Fernando Dias Menezes de Almeida (Controladoria Geral)**: "Pedi a palavra para fazer uma fala como Controlador, ainda que gastando um minuto inicial para reapresentar ao Conselho o que parece ser a postura do Controlador, já que estamos fazendo uma experiência conjunta de edificação dessa Controladoria, enfim, é a primeira experiência que estamos tendo em uma fase de construção desta instituição. Isso é dizer que o Estatuto prevê que o Controlador seja membro do Conselho, no entanto, o Controlador é, antes de mais nada, um órgão a serviço do Conselho. Ele não é integrado à gestão reitoral, mas é um órgão do Conselho que faz essa interlocução da Reitoria com o Conselho, trazendo, com independência, opiniões, informações e análises sobre os parâmetros que o Conselho determina ao Controlador que tome como referência para as suas análises. De rigor, ainda estamos em construção disso, eu havia feito uma explanação inicial alguns meses atrás propondo um modelo, sobre o qual estou trabalhando e que ainda irei trazer ao conhecimento do Conselho para que seja validado. Diversas decisões que o Conselho já tem tomado nesse tempo tem sido levada em consideração - a questão dos parâmetros de sustentabilidade, por exemplo. E nisso há uma interlocução frequente, também da minha parte, com o Tribunal de Contas e com o Ministério Público, que são os órgãos de controle externo. Toda essa fala inicial tem o sentido de dizer que, o que me parece necessário ser afirmado, do ponto de vista da Controladoria, não é o aspecto da discussão política do assunto, política no sentido do planejamento político institucional da Universidade, que tem sido feita naturalmente, como deve ser. As falas que antecedem mostram bem isso, do ponto de vista do que nos é cobrado em termos de prestação de contas externa à Universidade, parece-me que o encaminhamento trazido pela COP com base em fatos - não estou aqui valorando os fatos senão considerando a sua realidade - é algo quase que incontornável do ponto de vista do compromisso do planejamento com a disponibilidade de recursos. A discussão sobre alternativas sempre é válida, é isso que o Conselho está fazendo, mas antes mesmo de chegarmos ao ponto de discutir índice de comprometimento de folha de pagamento, de comprometimento de orçamento com folha de pagamento, o que estamos discutindo aqui é algo mais basilar, é a disponibilidade financeira para que haja alguma elevação desses gastos. Desse ponto de vista, gostaria de reiterar

esse ponto de vista, com as informações que detém a Controladoria. Estamos fazendo uma adequada discussão de planejamento em cima dessas disponibilidades. Não me cabe, enquanto Controlador, sequer tentar induzir o aspecto de discussão política de alternativas e de conteúdo do planejamento futuro, mas apenas frisar isso, no sentido de que é uma responsabilidade do próprio Conselho - incluído o Controlador, como membro do Conselho - de planejar adequadamente os reflexos orçamentários futuros das suas decisões de comprometimento de despesas." **Cons. Paulo Inácio de Knegt López de Prado**: **(Apresentação)** "Também irei reforçar o argumento de alguns que me precederam, da necessidade de sermos criativos. Essas necessidades surgem principalmente nesses momentos de crise e acho que essa decisão, evidentemente, carrega não só um componente técnico ao qual temos que prestar atenção, como também um forte componente político. Não irei repetir os argumentos que já foram apresentados em prol de gastarmos um pouco mais de tempo pensando em alternativas, irei tentar sensibilizar os conselheiros com duas coisas: um número, que é um exercício de novo bastante grosseiro levado ao extremo, mas apenas para pensarmos a respeito, provocar reflexão, e um argumento em seguida. O número está nessa planilha que acaba de ser projetada, com o pouco tempo que tive aqui puxei a folha de pagamento de 2017 até abril, não consegui puxar maio - aproveito para parabenizar os avanços que a USP fez com relação à transparência de suas contas, isso não seria possível três anos atrás -, e está aí o total gasto com folha de pagamento, em salário bruto e parcelas eventuais para cada uma das categorias informadas na folha. O que fiz foi um exercício bastante bruto de levar às últimas consequências, atender uma reivindicação, que é a reivindicação do Fórum das Seis, se não estou enganado 6,87% de reajuste, porém aplicar esse reajuste apenas aos nossos funcionários celetistas que além de ter um salário médio mais baixo, eles também não oneram a folha de inativos. Se fizéssemos isso, que como disse, é um exercício apenas para pensarmos, representaria um aumento no total de gastos brutos desse período de, pelo menos, 2,78%. Isso é para mostrar que se formos criativos e pensarmos em aplicar reajustes diferenciais para as parcelas mais vulneráveis dos nossos trabalhadores - e aí reitero a fala do Prof. Oswaldo, concordo inteiramente que devemos pensar no nosso patrimônio mais valioso que são os

trabalhadores da USP, todos - se pensarmos em reajustes diferenciais, pode ser que encontremos uma solução que caiba dentro das restrições que vivemos agora. E o segundo ponto que quero levantar para sensibilizar os senhores e as senhoras é para refletirmos um pouco sobre o impacto político que qualquer medida nessa direção tomada por este Conselho pode ter para todos os trabalhadores da USP, muitos dos quais certamente estão assistindo a transmissão desse Co nesse exato momento, porque estão muito preocupados com o seu dia de amanhã, isso reflete de maneira muito forte na vida de muitos dos nossos colegas. Mesmo que seja algo abaixo do que se espera, algo abaixo do que se reivindica, que o Fórum das Seis reivindica, pode já ser um gesto de uma dimensão política inédita nesse Conselho." **M. Reitor**: "Bem, encerra-se a discussão, mas agrava-se o problema. Obviamente, por motivos vários, participei não tão visivelmente das negociações que foram feitas, não só com relação a este aspecto como com relação aos aumentos - que todos esperávamos que fosse possível fazer, mas que até agora não se verificaram - de repasses para as Universidades. Quero dizer o seguinte: é uma discussão fácil para fazer para aqueles que argumentam pela necessidade de fazer algum aumento, é fácil falar em justiça social, é fácil falar que é necessário levar em conta o impacto da inflação, e o impacto da inflação foi grande todos nós sentimos e, obviamente, o mais simples que esperaríamos é que os salários pudessem ser reajustados de acordo com a perda inflacionária, nunca deixei de repetir isso aqui. O que me preocupa sempre é como iremos compatibilizar uma folha crescente de salários com uma arrecadação decrescente 'depois que o ladrão entrou em casa'. Não estamos administrando esse problema desde o início da crise, a responsabilidade desta crise não é deste Reitor; em 2011 o comprometimento da USP com a folha salarial era de 77% - repito, 77% -, o gasto total em julho de 2011 era de 90%, estava sobrando dinheiro na USP e estavam guardando na Reserva; em dezembro de 2013 o comprometimento da folha salarial era de 105%. Em um ano e meio partimos de 77% para 105%, foi esta Universidade que eu recebi. Nós não estamos nessa crise porque há uma crise econômica, política e social no país, isto veio agravar, mas a crise da Universidade de São Paulo, da sua gestão financeira, foi ela quem criou, sem ajuda externa, sozinha. Todas as medidas que tomamos do início de 2014 até hoje foi para conter esta

locomotiva disparada. Parar de contratar, fazer dois programas de demissões voluntárias que tiraram da Universidade 3.500 servidores, contingenciamento das Unidades. Professor Tanaka, nós já reduzimos o gasto que não é da folha de pagamento em mais de 50%, porque este é fácil de reduzir administrativamente, não precisa trazer ao Conselho. Com a ajuda dos Diretores foi possível reduzir sensivelmente mais de 50%, então, fizemos o serviço. O problema é que esta Universidade, assim como as outras duas, fez um comprometimento com gastos de pessoal muito além daquilo que a prudência recomendava. Não estou aqui para julgar o passado, estou para apresentar fatos realistas. E diante desses fatos, não adianta termos ideias mágicas, como por exemplo, fazer um manifesto à nação, fazer um manifesto ao Governo, Assembleia Legislativa e assim por diante, podemos escrever quantos manifestos for, o que importa são medidas práticas que façam os salários com os quais nós nos comprometemos, caber dentro do orçamento e dentre as nossas outras duas irmãs; isto já está se tornando impossível. Não acredito que alguém aqui tenha tendências suicidas. Buscar soluções eu concordo, agora, acreditar que a arrecadação irá crescer no segundo semestre e, baseado nisso, discutirmos aumento ou o reajuste salarial, bom ... se o Conselho quiser fazer, tem liberdade para fazer, mas ele será responsável por isto, porque tivemos dois meses em que a arrecadação passou em 1,5% daquilo que era o previsto, não é que cresceu. Daquilo que era o previsto já temos base para achar que no final do ano estaremos bem; sobrando dinheiro, eu acho que não, basta olhar o que está acontecendo em Brasília, dou um prêmio para quem for capaz de dizer o que irá acontecer lá, do ponto de vista político, que dirá do ponto de vista da economia. Então, quando falamos disto daqui não é porque somos contrários aos aumentos, porque nós também queremos. Não sentimos prazer em torturar as pessoas, não é nada disso, é porque as reservas estão escapando pelos nossos dedos. Se em 2014 foi possível falar que o aumento seria zero e depois de uma greve, trazer ao Conselho Universitário e este aprovar um aumento, nós tínhamos recursos para pagar aumento. Agora, os recursos da UNESP acabaram, como iremos manter a isonomia entre as três Universidades, prevista no mesmo Decreto do Governador que nos deu autonomia financeira, e que pode ser cancelado de um dia para o outro? Ou os senhores têm, por um acaso, a ilusão de que a

população de São Paulo irá se levantar em uma enorme revolta se esta autonomia financeira das três Universidades for retirada? Eu já disse aqui e vou acrescentar, porque estou sendo cada vez mais pressionado pelo Ministério Público, há uma interpretação que quero lutar contra, de que as Universidades não têm autonomia para dar aumento salarial sem a aprovação da Assembleia Legislativa. Se a Procuradora Geral estiver presente, gostaria que confirmasse isto, por favor." **Dr.ª Márcia Valquiria Batista dos Santos (Procuradoria Geral)**: “De fato o julgamento das contas da Universidade de São Paulo, nos julgamentos das contas de 2011 e 2013, o Tribunal de Contas tem apontado esta questão sobre o aumento CRUESP ter sido via resolução. Nas últimas contas que foram analisadas, o Tribunal de Contas do Estado encaminhou ao Ministério Público as peças do processo pedindo investigação. O Ministério Público do Estado não é o de Contas, o Ministério Público convocou a mim e ao Procurador Geral da UNESP, porque ele é da Capital, portanto, a UNICAMP virá em um segundo momento; ele disse que iria conversar com os colegas promotores de justiça de Campinas. Pois bem, foi aberto inquérito civil, chegamos lá em uma reunião e ele queria dizer que assinaria um TAC - já estava decidido - com as duas Universidades e depois em conjunto com a UNICAMP, para que as Universidades se comprometessem a não mais dar aumento via resolução. Segundo ele, esse aumento tem que ser por lei. Efetivamente, está na Constituição Federal, quero dizer, paralelamente com a autonomia universitária existe um dispositivo que determina, o artigo 37, que os aumentos deverão ser dados por meio de projeto de lei ou legislação que o valha. E, nesse sentido, ele nos deu um prazo para que isso fosse conversado nas Universidades e os três Reitores, com a sua assessoria, levando isso para o CRUESP, com vistas a nos comprometermos que não houvesse mais aumento por meio de resolução. E ele ameaçou, se não assinasse o TAC, haveria uma ação civil pública pedindo a improbidade do Reitor. O mais preocupante foi que ele levantou a questão que pediria a nulidade dos aumentos passados, inclusive com devolução de recursos por quem recebeu. Ele sabe que é um custo político muito alto, foi o que ele disse, mas, de fato, os Reitores estão sendo muito pressionados com esta questão.” **M. Reitor**: "Muito obrigado. Obviamente que não concordo com isso, tenho me revoltado contra isso, mas isso não é novidade, pois vem a um tempo

considerável e já ouvi esta mesma manifestação por parte do Executivo e por parte de Deputados, na Assembleia Legislativa. É claro que esta autonomia da Universidade ficou evidente no momento em que o Estado deixou de dar aumentos e a Universidade, mesmo com o comprometimento evidente exagerado da sua folha de pagamento, continuou dando aumento. E isto - não preciso dizer - irritou os três ramos do Governo. Entendo que uma missão central do Reitor é defender a autonomia. E posso fazer isso de várias maneiras, inclusive 'dando murro em ponta de faca', mas acho que isso não resolve. Concordo que se houvesse algum tipo de espaço, deveríamos procurar favorecer principalmente aqueles setores que têm os salários mais baixos, tanto entre servidores como entre docentes, porque no caso dos docentes, a situação se agrava porque eles não se beneficiaram do imenso aumento das folhas que ocorreram de 2011 a 2013, ficou limitado aos servidores. No entanto, não entendo que neste momento haja espaço para o Reitor da USP fazer propostas desse tipo diante da situação em que se encontram as duas outras Universidades. Posso me comprometer a fazer gestões, não rejeito a ideia, mas vejo o mesmo que a COP apontou, ou seja, uma absoluta insuficiência de recursos para tratarmos, neste momento, de reajuste do dissídio, um índice de reajuste que seja diferente de zero. É isto que sinto e é a posição da COP. Se futuramente eu conseguir, em conversas com os outros Reitores, encontrar algum tipo de solução que permita aliviar essa situação, eu o farei. Agora, deixo na consciência de cada um o risco de, neste momento, votar qualquer coisa que seja diferente de um reajuste zero." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: **(Questão de Ordem)** "Tenho uma proposta, o Reitor fez agora a retomada dela e aconteceram outras propostas, então, gostaria de sugerir um encaminhamento. Podemos votar a manifestação da COP, que é de praxe e, como há uma alternativa de que o Conselho Universitário declare que sejam feitos estudos para alternativas de reajustes que privilegiem os salários menores, essa é uma decisão que o Conselho poderia tomar. A minha questão de encaminhamento é votarmos 'sim' ou 'não' ao que a COP diz. Eu, por exemplo, que estou defendendo a segunda parte, votaria 'não' e então, em seguida, submeteria ao Conselho essa manifestação de abrir um estudo no sentido de se privilegiar os salários menores. Estou fazendo esta proposta de encaminhamento." **M. Reitor**: "Primeiro colocarei em

votação o parecer da Comissão. Aprovar o parecer, a decisão será que o reajuste previsto no dissídio, neste momento, coincide com das outras duas Universidades e seria um reajuste zero. Independentemente disso, podemos votar, mas não é necessário, pois o Reitor se compromete a examinar junto com a COP e com os outros dois Reitores, alternativas que permitam algum tipo de alívio para as categorias que recebem menos, tanto de docentes como de servidores." **Cons. André Vitor Singer**: "Na mesma linha anterior, indago se poderíamos acrescentar o estudo relativo à possibilidade de algum tipo de reajuste se houver aumento de arrecadação durante o ano. Acrescentar também essa possibilidade, que foi uma das propostas que eu trouxe, parece-me que seria interessante que o Conselho pudesse se pronunciar, também, com relação a isso em uma segunda votação." **M. Reitor**: "Esta é uma proposta razoavelmente incerta, pois 'algum tipo de aumento' pode ser 1%, por exemplo, da arrecadação, não podemos esquecer que quando nós, ainda fora dessa discussão acalorada relacionada com o reajuste, procuramos mais friamente do que agora, estabelecemos padrões de comportamento, estes estão consolidados na resolução do Conselho Universitário que trata dos parâmetros e do reajuste. E sabiamente, embora doa no nosso coração, aquela resolução não vincula os reajustes à inflação, mas vincula ao crescimento da arrecadação. Então, diria que se tivermos crescimento da arrecadação - espero firmemente que isto ocorra – haverá certamente um dia de glória, em maio do ano que vem, quando finalmente o novo Reitor ou Reitora da Universidade poderá negociar um aumento salarial do qual eu espero me beneficiar como dependente da Universidade. Mas diria que, neste momento, assumir compromissos para um segundo semestre, que é mais incerto do que hoje, não faria isso, a não ser que – e digo que sim, somos todos solidários com isso - tivermos uma sorte enorme de a economia brasileira comece a crescer de fato e a arrecadação suba para valer, o Reitor não tem interesse em guardar dinheiro em caixa." **Cons. André Vitor Singer**: "Entendo, agradeço a sua resposta, evidentemente, mas o que estou indagando não é que assumamos aqui um compromisso que haverá aumento, mas sim um posicionamento do Conselho Universitário no sentido de pedir estudos à COP, se haveria possibilidade, levando-se em consideração o que foi discutido aqui, de encontrar alternativas casualmente à arrecadação. A minha proposta não é que

o Conselho assuma um compromisso de haver aumento, nem de que haverá aumento, porque aumento de arrecadação, de fato, não está no controle da Universidade de São Paulo. Estou apenas acrescentando a ideia de que haja um estudo, no sentido de poder dar reajuste pela inflação para funcionários de menor salário." **M. Reitor**: "Isto é prioritário, o senhor concorda?" **Cons. André Vitor Singer**: "De acordo. Só queria acrescentar esse segundo complemento à proposta de que poderíamos votar depois de votada a proposta principal, se o senhor estiver de acordo." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: "Acho ótimo o Reitor ter essa disponibilidade, mas se entendi bem, quando veio o assunto em tela ao Co é porque, de alguma maneira, está se querendo uma manifestação dele. Neste sentido, a primeira manifestação do 'sim' ou 'não' ao reajuste zero e a história de ser uma manifestação do Co sobre a questão da proposta que eu fiz, gostaria que ela fosse colocada como uma proposta do Conselho Universitário. Se o Reitor a abarca, acho ótimo, não tenho problema, mas acho que ouvir o que o Conselho Universitário diz sobre isso nesse momento de crise, temos um olhar aos iniciantes, aos salários mais baixos, é uma sinalização importante, que inclusive pegava um gancho com o que o Prof. Tanaka falou, sobre colocar uma luz de perspectiva para os jovens que estão na Universidade, que em geral são os que estão com os salários mais baixos. De forma que a votação seria essa primeira parte, o parecer da COP, e uma segunda parte, que é estudo para fazer um reajuste de inflação das faixas. Precisamos acertar a redação, mas o espírito é esse." **M. Reitor**: "O espírito está claro, não temos discordância." **Cons. Marcos Nascimento Magalhães**: "Só para deixar claro, tive a impressão que na sua fala o senhor, além de se manifestar que era a favor, achava que não seria colocado em votação. Acho interessante se colocar em votação." **M. Reitor**: "Será colocado em votação, sem dúvida, mas pergunto ao Prof. André se concorda com esta ordem de prioridade. Entendo que, neste momento, o que é urgente para que a COP possa analisar, para que eventualmente eu possa fazer negociações com os outros Reitores que estão em situação muito mais complicada do que a nossa, de que se dê algum tipo de alívio, fazer, portanto, um estudo para as categorias mais baixas, de menor salário, tanto entre os servidores como na carreira docente, que são os doutores, esta é a nossa prioridade número um, que precisaríamos tentar resolver com a brevidade que for possível. A segunda, se

houver aumento da arrecadação no segundo semestre, podemos rediscutir a questão do reajuste para a Universidade toda." **Cons. André Vitor Singer**: "Estou de acordo com esta ordem de prioridade, senhor Reitor." Ato contínuo o **M. Reitor** coloca em votação a proposta da COP pela manutenção dos salários dos docentes e servidores técnicos e administrativos da USP, considerando que o alto nível de comprometimento do orçamento com folha de pagamento, bem como a grande diminuição do volume de reservas financeiras da Universidade, não permite realizar qualquer reajuste salarial neste momento. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 71 (setenta e um) votos; Não = 16 (dezesseis) votos; Abstenções = 6 (seis) votos; Total de votantes = 93 (noventa e três). É aprovada a proposta da COP pela manutenção dos salários dos docentes e servidores técnicos e administrativos da USP. **M. Reitor**: "Agora colocarei em votação dois destaques. O primeiro, com a rapidez possível, a COP fará estudo para ver se é possível fazermos algum tipo de reajuste que atinja as duas faixas mais baixas de docentes e de servidores, com isto o Reitor terá que negociar também com as outras duas Universidades. Se isto for positivo, minha interpretação é que eu poderei fazer isto desde que a COP aprove, sem ter que trazer novamente ao Conselho Universitário." Os que estiverem favoráveis a esta interpretação se manifestem votando 'sim'." A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação o primeiro destaque, que propõe que a COP realize estudo para verificar a possibilidade de reajustar os salários das duas faixas mais baixas de docentes e de servidores. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 83 (oitenta e três) votos; Não = 4 (quatro) votos; Abstenções = 7 (sete) votos; Total de votantes = 94 (noventa e quatro). É aprovado o destaque, que propõe o estudo, pela COP, de possibilidade de reajuste salarial para as faixas mais baixas de salários de funcionários e docentes. **M. Reitor**: "Passo agora à terceira votação, ou seja, que a Reitoria se compromete a examinar e trazer proposta de reajuste para a avaliação da COP e, eventualmente, nova manifestação do Conselho Universitário no segundo semestre, havendo algum tipo de aumento de arrecadação significativo." A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação o segundo destaque, que propõe que a Reitoria, havendo aumento na arrecadação do ICMS no segundo semestre, ouvida a COP, traga para discussão do Conselho Universitário proposta de

reajuste salarial. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 79 (setenta e nove) votos; Não = 8 (oito) votos; Abstenções = 5 (cinco) votos; Total de votantes = 92 (noventa e dois). É aprovado o destaque de estudo da possibilidade de reajuste salarial aos docentes e servidores técnicos e administrativos, caso haja aumento significativo da arrecadação do ICMS nos próximos meses. Ato contínuo o **M. Reitor** passa à discussão do **Item 2** - **NOVO PROGRAMA DE INCENTIVO À REDUÇÃO DE JORNADA - PROCESSO 2017.1.1338.1.1 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO -** Minuta de Resolução que institui, no âmbito da USP, o novo Programa de Incentivo à Redução de Jornada. Ofício do Chefe de Gabinete do Reitor, Dr. Thiago Rodrigues Liporaci, encaminhando proposta de Resolução por meio da qual se pretende reabrir Programa de Incentivo à Redução de Jornada para os servidores técnicos e administrativos. Esclarece que o referido Programa, nesta nova versão, tem como virtude a de propiciar um benefício aos servidores com dependentes menores de seis anos, além de estimular os servidores que pretendem estudar ou já estão estudando (30.01.17). **Parecer da PG**: não vislumbra óbices jurídicos para a implementação do novo Programa de Incentivo à Redução de Jornada (PIRJ), conforme proposto nos autos (31.01.17). **Parecer do relator da COP**: sugere que o dirigente da Unidade seja ouvido, devendo se manifestar antes da decisão final da CODAGE. Manifesta-se favoravelmente à proposta, acrescentando-se a sugerida alteração (03.02.17). Ofício do Chefe de Gabinete, ao Secretário Geral, encaminhando proposta de alteração no artigo 2º e no artigo 4º da minuta de Resolução encaminhada (10.02.17). **Manifestação da COP**: aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli, favorável à minuta de Resolução que institui novo Programa de Incentivo à Redução de Jornada, propondo que, previamente ao encaminhamento do requerimento do servidor à CODAGE, inclua-se a manifestação do dirigente da Unidade/Órgão quanto à pleiteada redução de jornada. A Comissão aprova, ainda, a inclusão de parágrafo único ao artigo 2º e do parágrafo 15 ao artigo 4º, de acordo com a sugestão encaminhada pelo Gabinete do Reitor (14.02.17). **Parecer do relator da CLR**: sugere que seja incluída redação ao artigo 4º da minuta proposta, para que o requerimento do servidor seja instruído com manifestação do dirigente máximo da Unidade/Órgão antes de ser encaminhado ao Coordenador da CODAGE,

para decisão. Opina pela aprovação da minuta de Resolução, com a inclusão do dispositivo sugerido (09.02.17). **Manifestação da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Victor Wünsch Filho, favorável à minuta de Resolução que institui novo Programa de Incentivo à Redução de Jornada, com a proposta de que conste do artigo 4º da minuta o texto que constava do parágrafo 1º do artigo 1º da Portaria GR nº 6760/2016, com a seguinte redação: "O requerimento do servidor será instruído com manifestação do dirigente máximo da Unidade/Órgão, e, após, encaminhado ao Coordenador de Administração Geral, para decisão." A Comissão aprova, ainda, a inclusão de parágrafo único no artigo 2º e de um parágrafo 15 no artigo 4º, de acordo com a sugestão encaminhada pelo Gabinete do Reitor (15.02.17). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. Na reunião do Conselho Universitário de 07.03.2017 os autos foram retirados de pauta. Na reunião do Conselho Universitário de 11.04.2017 os autos foram retirados de pauta. **Cons. Bruno Sperb Rocha**: "Venho manifestar a posição dos trabalhadores, assim como foi na ocasião da primeira aprovação desse Programa de Incentivo à Redução de Jornada, por decisão de Assembleia dos trabalhadores, contrária à implementação desse programa, na época e agora contrária à aprovação desse programa por um motivo muito simples, de que é um programa com o objetivo de realizar a redução salarial dos trabalhadores e, na prática, sendo uma situação em que a Universidade está na mais drástica falta de funcionários; já teve mais de 20% do seu quadro funcional cortado só durante esta gestão reitoral, que começou com um número de funcionários igual ao que a Universidade tinha em 1989, quando de qualquer ponto de vista ela era menos da metade do que é hoje em número de alunos, cursos, Unidades, sem falar de titulação de pós-graduação e o que for. Nessa situação, fazer isso, obviamente, irá significar pressionar os trabalhadores para que em menos tempo - não em oito, mas em seis horas - continuem dando conta do mesmo serviço não com a mesma carga horária, mas do mesmo volume de trabalho e com um salário um quarto menor. É uma chantagem que atinge, em primeiro lugar, as mães ou pais de crianças pequenas dos trabalhadores que estão estudando. Por isso, definimos em Assembleia dos trabalhadores e voltamos a nos posicionar contra a implementação desse programa." Não havendo mais manifestações, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer da CLR favorável à

minuta de Resolução que institui, no âmbito da USP, o novo Programa de Incentivo à Redução de Jornada. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 66 (sessenta e seis) votos; Não = 11 (onze) votos; Abstenções = 8 (oito) votos; Total de votantes = 85 (oitenta e cinco). É aprovado o parecer da CLR favorável à minuta de Resolução que institui, no âmbito da USP, o novo Programa de Incentivo à Redução de Jornada. A seguir, passa-se à discussão do **Item 3 - ALIENAÇÃO** - **PROCESSO 2015.1.13918.1.6 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO -** Alienação do imóvel localizado na Avenida Doutor Salomão Vasconcelos, nº 34, Eng. Goulart, Cangaíba - São Paulo, oriundo da herança vacante de Silvestre Kereps. **Parecer Técnico**: somatória dos valores de terreno e benfeitorias - R$ 120.600,00 (29.11.16). **Parecer da CAVI-HV**: o Sr. Presidente da CAVI-HV, Prof. Dr. Adalberto Américo Fischmann, aprova "ad referendum" da Comissão, o parecer técnico, com o valor de venda de R$ 120.600,00 (18.01.17). **Parecer da COP**: aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli, favorável à alienação do imóvel localizado na Avenida Doutor Salomão Vasconcelos, nº 34, Eng. Goulart, Cangaíba - São Paulo, oriundo da herança vacante de Silvestre Kereps (28.03.17). Na reunião do Conselho Universitário de 11.04.2017 os autos foram retirados de pauta. Não havendo manifestações, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer da COP, favorável à alienação do imóvel localizado na Avenida Doutor Salomão Vasconcelos, nº 34, Eng. Goulart, Cangaíba - São Paulo, oriundo da herança vacante de Silvestre Kereps. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 82 (oitenta e dois) votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 2 (dois) votos; Total de votantes = 85 (oitenta e cinco). É aprovado o parecer da COP, favorável à alienação do imóvel localizado na Avenida Doutor Salomão Vasconcelos, nº 34, Eng. Goulart, Cangaíba, São Paulo, oriundo de heranças vacantes de Silvestre Kereps obedecido o *quorum* estatutário. A seguir, passa-se à discussão do **Item 4** - **ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE UNIDADE - PROCESSO 72.1.17597.1.7 – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS -** Proposta de alteração do *caput* do artigo 35 do Regimento do Instituto de Geociências - IGc. Ofício do Diretor do Instituto de Geociências, Prof. Dr. Valdecir de Assis Janasi, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, encaminhando a proposta de alteração do artigo 35 do Regimento da Unidade, aprovada pela

Congregação em 25.11.2015 (26.11.15). **Texto atual:** Artigo 35 - A prova de avaliação didática, a que se refere o inciso IV do artigo anterior, constará de uma aula a nível de pós-graduação, realizada nos termos do disposto no art. 137 do Regimento Geral. Parágrafo único - ... **Texto proposto:** Artigo 35 - A prova de avaliação didática, a que se refere o inciso IV do artigo anterior, constará de uma aula a nível de pós-graduação, realizada nos termos do disposto no art. 156 do Regimento Geral. Parágrafo único - ... **Parecer da PG**: esclarece que a proposta encaminhada encontra guarida na normativa em vigor na Universidade, não havendo, portanto, óbice do ponto de vista jurídico. Contudo, quanto aos requisitos formais da proposição, solicita que seja informado se a proposta foi aprovada por maioria absoluta na reunião da Congregação da Unidade, ocorrida em 25.11.2015 (13.12.16). Informação do Diretor da Unidade, Prof. Dr. Marcos Egydio da Silva, de que a proposta de alteração do Regimento do IGc foi aprovada por maioria absoluta dos membros da Congregação, em sessão realizada em 25.11.2015 (19.12.16). **Parecer da CLR**: aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Oswaldo Baffa Filho, favorável à proposta de alteração do artigo 35 do Regimento do Instituto de Geociências. (15.02.17). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. Na reunião do Conselho Universitário de 11.04.2017 os autos foram retirados de pauta. **Cons. Marcos Nogueira Martins**: “A minha manifestação não é específica sobre esse caso, porque me parece, pelo teor, que estamos aprovando uma mudança no regimento interno da Unidade motivada por uma mudança no Regimento Geral ou no Estatuto da Universidade, que foi aprovada neste Conselho. Então, não sei se existe a figura do pleonasmo jurídico, mas acho que estamos aqui aprovando alguma coisa motivada por algo que nós já aprovamos anteriormente, e isso vai se refletir em quarenta e tantas mudanças, porque o Regimento da minha Unidade também está passando por esse pente fino. Então, gostaria de fazer uma sugestão de que essas mudanças, que são técnicas, passassem pela CLR e voltasse para as respectivas Unidade, ou aprovássemos em bloco aqui no Co, depois que juntar várias dessas mudanças e resolvia.” **M. Reitor**: "Entendido e muito razoável. Consulto o Conselho se concordam com isto e vamos colocar em votação, ou seja, ao invés de colocar em votação esta alteração específica do Regimento do Instituto de Geociências, que foi motivado por uma alteração do Regimento

Geral que votamos e aprovamos aqui, quer dizer, alguém precisa examinar se a modificação que está sendo feita está correta, mas a minha impressão é de que podemos delegar isso à CLR. Se estiverem de acordo de substituirmos esta votação específica por esta delegação à CLR, para que examinem todos os casos que surgirem nesta mesma situação." **Secretário Geral**: "Talvez um esclarecimento do ponto de vista jurídico, é que essas adaptações aos regimentos das Unidades, lógico tem que acompanhar a mudança na normativa maior, mas elas têm que ser encaminhadas de qualquer maneira e então a CLR decide." **Cons. Marcos Egydio da Silva**: "Quero esclarecer o seguinte, essa solicitação refere-se ao nosso artigo 33, sobre o concurso de Livre-Docência e o inciso IV é sobre a prova didática. A alteração que está sendo proposta é que ao invés da prova didática constar de dez itens referente a matéria do concurso, onde é sorteado um, que passe a ser como no concurso de Professor Titular, onde o candidato escolhe o tema da sua prova de erudição. Essa é a modificação, ela foi enviada no final de 2015 pelo Prof. Valdecir, ex-Diretor da Unidade." **M. Reitor**: "Pergunto se isto foi examinado pela CLR e se achou adequado. Está de acordo com algo que foi aprovado aqui? Porque isto, antes, não podia. De fato, o concurso de Livre-Docência exigia que em um determinado momento, a banca, com base no programa, preparasse uma lista de dez pontos e o examinando sorteasse um deles." **Secretário Geral**: "O Presidente da CLR não está, mas isso tem um parecer da PG favorável e um parecer da CLR aprovando o parecer favorável do relator Prof. Oswaldo Baffa." **M. Reitor**: "Prof. Marcos, não é exatamente o que o senhor disse. Baseado em uma modificação, eles propuseram uma modificação, aí sim cabe ao Conselho se manifestar especificamente sobre isso, mas a outra ideia podemos acertar com a CLR." **Cons. Oswaldo Yoshimi Tanaka**: "Desculpe, mas acho que é mais uma questão de compreensão. Eu tenho entendido que o título de livre-docência é um título não de carreira, na qual o indivíduo depois do doutorado se torna um docente livre e a perspectiva desse docente é que ele englobe uma quantidade de conhecimento que dentro do seu campo de pesquisa e de ensino lhe permita dizer que ele deixou de ser um doutor para ser um (?) . Quando se faz a escolha do assunto pelo professor titular, é aquele indivíduo que já passou na Universidade pelo doutorado, já mostrou a sua livre-docência e é capaz de dizer que naquele campo ele tem

conhecimento que extrapola o conhecimento geral daquele departamento, acho que são coisas diferentes. Desculpe, não sei dizer como é que foi a discussão no Instituto de Geociências, não estou dizendo que é ruim não, mas entendo esses patamares de apresentar para a comunidade e para outros como ele avançou nesse processo. Esse processo do doutorado, que é uma tese para uma livre-docência que são dez pontos, geralmente estão pautados, ou em uma linha de pesquisa, ou nas áreas de campo de pós-graduação; no titular ele aprofunda e diz assim: dentro desse campo estou escolhendo um campo específico na qual tenho uma excelência e uma capacidade de apreensão que extrapola todo o campo da pesquisa daquele departamento. Desculpe, eu entendo diferente. Perdemos a oportunidade de que o livre-docente, nos dez pontos, seja capaz de sortear um e mostrar o quanto ele conhece aquele ponto. Para mim é um ponto diferente de uma escolha que um titular faz. Acho que é uma perda, do meu ponto de vista, tanto da comunidade acadêmica como para fora da Universidade o que representa um título de livre-docente."

M. Reitor: "Prof. Tanaka, não iremos levar essa discussão muito longe. Não quero me manifestar sobre o conteúdo, mas é claro que são coisas diferentes. A prova de livre-docência, de fato, é herança do momento em que surgiu a docência livre na Universidade como uma maneira independente de professores poderem dar aula independente do catedrático, isso se origina lá na Alemanha e depois foi trazido aqui para o Brasil, porque o catedrático era o dono da cadeira e ele tinha os seus assistentes e determinava quem dava as aulas e quem podia dar aula. O livre docente era aquele que tinha ganho a capacidade ou a autonomia para dar aulas na Universidade, independentemente do catedrático, porque ele tinha demonstrado isso. Essa é a origem e, depois, nós incorporamos isso em um momento como parte da carreira, mas sempre ficou uma prova ao qual pode se submeter membros da Universidade ou pessoas de fora e que lhe dão, em se tratando de pessoa de fora, o título de docente livre e, eventualmente, se ele estiver na carreira, ascende à professor associado, mas ele sempre ganha a chance de fazer o concurso de professor titular, quer esteja na carreira, quer esteja fora. Concordo que isto é diferente da prova de erudição, que muitas pessoas dizem - a prova didática, não é uma prova didática, a prova no concurso de titular não é uma prova didática, ela é de fato uma prova de erudição, de demonstração,

de profundidade, de conhecimento e assim por diante. Agora, na livre-docência sempre foi uma prova didática, mas na minha Unidade, eu provavelmente me contrapusesse a isto, aqui, não vejo motivo, uma vez que isto foi discutido largamente na Congregação do Instituto, do ponto de vista formal a CLR diz se manifesta favorável e não é uma regra, irá se aplicar a outras Unidades, portanto, irei colocar em votação." **Cons. Marcos Egydio da Silva**: "Só queria esclarecer que nesse concurso consta a prova escrita e será feito um sorteio de dez pontos para a prova escrita; é apenas nessa prova, que é uma prova didática, faremos à semelhança de uma prova de erudição, mas o curso continuará como está, haverá uma prova escrita onde será feito um sorteio de dez pontos e o candidato terá uma hora para se preparar, é a única diferença." A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer da CLR, favorável à proposta de alteração do artigo 35 do Regimento do Instituto de Geociências. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 52 (cinquenta e dois) votos; Não = 11 (onze) votos; Abstenções = 17 (dezessete) votos; Total de votantes = 80 (oitenta). É aprovado o parecer da CLR favorável à alteração do *caput* do artigo 35 do Regimento do Instituto de Geociências. **Secretário Geral**: "Só um esclarecimento, já existe uma resolução do Conselho Universitário delegando à CLR aprovação das mudanças regimentais quando são para adaptar às mudanças do Regimento Geral." Em discussão: **PROCESSO 2017.1.344.5.0 - FACULDADE DE MEDICINA -** Proposta de alteração do artigo 4º do Regimento da Faculdade de Medicina. Ofício do Diretor da Faculdade de Medicina, Prof. Dr. Jose Otavio Costa Auler Junior, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, encaminhando a proposta de alteração do artigo 4º do Regimento da Unidade, aprovado pela Congregação em 17.02.2017, obedecido o quórum estatutário (17.02.17). **Texto atual: Artigo 4º** - A Congregação da Faculdade de Medicina tem sua constituição prevista nos termos do artigo 45 do Estatuto. § 1º - Farão parte da Congregação todos os professores titulares em exercício. **Texto proposto: Artigo 4º** - A Congregação da Faculdade de Medicina tem sua constituição prevista nos termos do artigo 45 do Estatuto. § 1º - Farão parte da Congregação, sessenta por cento dos Professores Titulares em exercício na Unidade. **Parecer da PG**: esclarece que da leitura do dispositivo que trata a matéria no (art. 45 do Estatuto), nota-se que cabe à Congregação definir a

representação docente, observando-se quanto aos Professores Titulares, a participação de pelo menos a metade, assegurando um mínimo de cinco. A Faculdade de Medicina propõe a participação de sessenta por cento dos Professores Titulares, o que se encontra dentro dos parâmetros fixados no Estatuto. Conclui que a proposta de alteração, em análise encontra guarida na normativa em vigor na USP, não havendo, portanto, óbice do ponto de vista jurídico (23.02.17). **Parecer da CLR**: aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Victor Wünsch Filho, favorável à alteração do artigo 4º do Regimento da Faculdade de Medicina (03.05.17). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. Não havendo manifestações, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer da CLR, favorável à alteração do artigo 4º do Regimento da Faculdade de Medicina. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 75 (setenta e cinco) votos; Não = 2 (dois) votos; Abstenções = 6 (seis) votos; Total de votantes = 83 (oitenta e três). É aprovado o parecer da CLR, favorável à alteração do artigo 40 do Regimento da Faculdade de Medicina. A seguir, passa-se à discussão do **Item 5** - **ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE ÓRGÃO COMPLEMENTAR - PROCESSO 2005.1.1140.61.9 - HOSPITAL DE REABILITAÇÃO DE ANOMALIAS CRANIOFACIAIS -** Proposta de alteração dos artigos 9º, 17 e 18 do Regimento do HRAC. Ofício do Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do HRAC, Prof. Dr. Carlos Ferreira dos Santos, ao Procurador do Escritório Regional de Bauru, Dr. Paulo Murilo Soares de Almeida, encaminhando a proposta de alteração dos artigos 9º, 17 e § 1º do artigo 18 do Regimento do HRAC, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 05 de junho de 2014 (05.06.14). **Parecer da PG**: com relação às alterações dos artigos 9º e § 1º do artigo 18, manifesta não haver observações a ser feitas. Com relação à exclusão do inciso I do artigo 17, sugere redação de um novo parágrafo neste artigo, tendo em vista que o texto do inciso I é a única menção existente no Regimento que demonstra a ligação do Colegiado com a Superintendência do HRAC. Ressalta a necessidade de mencionar qual o *quorum* de aprovação das propostas de alteração do Regimento do HRAC, pois estas só terão validade se aprovadas conforme determina o artigo 23 do mencionado Regimento, por deliberação de dois terços dos membros do Conselho Deliberativo (19.12.14). Ofício do Presidente em exercício do Conselho Deliberativo do HRAC, Prof. Dr. Carlos Ferreira dos

Santos, ao Magnífico Reitor, informando que o Conselho, em sessão de 03 de fevereiro de 2015, aprovou, por unanimidade, a proposta de inclusão do § 1º no artigo 17 do Regimento do HRAC, conforme sugestão da PG (03.02.15). Ofício da Superintendente do HRAC, Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, ao Conselho Deliberativo do HRAC, encaminhando a proposta de alteração de seu Regimento, conforme segue: alteração do artigo 9º, exclusão do inciso I e suas alíneas 'a' e 'b' do artigo 17 e inclusão de um parágrafo no mesmo artigo, conforme sugestão da PG, e alteração do parágrafo 1º do artigo 18 (29.09.16). Ofício da Presidente do HRAC, Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, ao Magnífico Reitor, encaminhando a proposta de alteração do Regimento do HRAC, aprovada pelo Conselho Deliberativo em 13.10.2016 (13.10.16). **Texto atual:** Artigo 9º - O CD reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre, e extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas. **Texto proposto:** Artigo 9º - O CD reunir-se-á, ordinariamente, mensalmente, e extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas. **Texto atual:** Artigo 17 - Subordinam-se à SUPE as seguintes Comissões, Comitê e Equipe: I - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), composta por: a) quinze membros titulares, designados pelo Superintendente entre profissionais com reconhecida atuação em pesquisa, tanto no Campus USP de Bauru como na sociedade, nas áreas de saúde, ciências exatas, sociais e humanas, incluindo juristas, teólogos, sociólogos, filósofos e biotecistas; usuário do HRAC, com mandato de três anos, permitidas as reconduções; b) o CEP elegerá o coordenador e vice-coordenador entre os membros do Comitê, com mandato de três anos, permitidas as reconduções. ... Parágrafo único - O Superintendente de acordo com suas necessidades, poderá baixar portarias, criando novas Comissões, Comitês e Equipes. **Texto proposto:** Artigo 17 - Subordinam-se à SUPE as seguintes Comissões, Comitê e Equipe: I - suprimido. ... § 1º - Além das comissões anteriormente referidas, o Superintendente providenciará a instalação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), nos termos da legislação vigente. § 2º - O Superintendente de acordo com suas necessidades, poderá baixar portarias, criando novas Comissões, Comitês e Equipes. **Texto atual:** Artigo 18 - Ficam diretamente subordinados

ao Superintendente: ... § 1º - O Departamento Hospitalar, as Divisões de Saúde Auditiva, Odontologia, Sindromologia e Apoio Hospitalar deverão ser dirigidos por servidores docentes da FOB ou não-docentes pertencentes ao grupo superior da carreira do HRAC, portadores, no mínimo, de título de Doutor outorgado pela USP ou por ela reconhecido, com formação na respectiva área e amplo conhecimento das áreas do ensino, pesquisa e prestação de serviços e com elevada capacidade técnico-cientifica e administrativa, indicados ao CD pelo Superintendente. **Texto proposto: Artigo 18** - Ficam diretamente subordinados ao Superintendente: ... § 1º - O Departamento Hospitalar, as Divisões de Saúde Auditiva, Odontologia, Sindromologia e Apoio Hospitalar deverão ser dirigidos por servidores docentes da FOB ou não-docentes pertencentes ao grupo superior da carreira do HRAC, preferencialmente portadores, no mínimo, de título de Doutor outorgado pela USP ou por ela reconhecido com amplo conhecimento das áreas do ensino, pesquisa e prestação de serviços e com elevada capacidade técnico-cientifica e administrativa, indicados ao CD pelo Superintendente. **Parecer da CLR**: aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Luiz Gustavo Nussio, favorável à proposta de alteração do artigo 9º; de supressão, no artigo 17, do inciso I e suas alíneas e inclusão de um parágrafo; e de alteração do § 1º do artigo 18 do Regimento do HRAC (05.04.17). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. Na reunião do Conselho Universitário de 11.04.2017 os autos foram retirados de pauta. **Cons.ª Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado**: "São ajustes que precisamos fazer. O primeiro é que o Comitê de Ética não pode ser regimentalmente vinculado a ninguém, e ele estava vinculado à Superintendência no nosso Regimento. Isso tem que ser corrigido. E o outro é que no Regimento atual aqueles que não têm o título de doutor não podem assumir alguns cargos de chefia e como alguns, que são de nomeada competência, poderão alçar a chefia, eles estão sendo impedidos, porque não têm o título de doutor. Então, estamos corrigindo isso, para dar oportunidade para pessoas que realmente são comprometidas com o Hospital possam exercer a função de chefia." Antes de colocar em votação o **M. Reitor** pede ao Secretário Geral que anuncie o resultado da homologação de três membros para compor a Câmara de Avaliação Institucional (CAI) e três membros para compor a Câmara de Atividades Docentes (CAD), indicados pelo M. Reitor, nos

termos do inciso I do artigo 50 da Resolução nº 7272, de 23.11.2016. **Secretário Geral**: "Tanto os três nomes indicados para a Câmara de Avaliação Institucional quanto para a de Atividades Docentes receberam homologação e todos tiveram uma votação superior a oitenta votos." Palmas. A seguir, o **M. Reitor** passa a palavra ao Prof. Vahan Agopyan, Vice-Reitor, para anunciar a convocação da primeira reunião da CPA. **Vice-Reitor**: "Agora que temos a CAD e a CAI constituídas podemos já fazer uma primeira reunião das duas Câmaras juntas mais os membros da CPA, no dia 05 de junho, segunda-feira, às 16h, na sala de reuniões da Vice-Reitoria. Seguindo o nosso princípio das reuniões serem facilitadas, quem for do interior e não puder vir à Capital pode, avisando antecipadamente a Vice-Reitoria, fazer através de videoconferência. Como é a primeira reunião, a recomendação é que todos venham, mas se não puder vir, faremos através de videoconferência." A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer da CLR, favorável à proposta de alteração do artigo 9º; de supressão, no artigo 17, do inciso I e suas alíneas e inclusão de um parágrafo; e de alteração do § 1º do artigo 18 do Regimento do HRAC. **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 74 (setenta e quatro) votos; Não = 0; Abstenções = 4 (quatro) votos; Total de votantes = 78 (setenta e oito). É aprovado o parecer da CLR favorável à alteração dos artigos 9º, 17 e 18 do Regimento do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais - HRAC. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às 18h30. Do que, para constar, eu, Ignacio Poveda, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 30 de maio de 2017.